

# RAÍZES Nº 7

JUNHO 88/DEZEMBRO 90

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

## SUMÁRIO

| ARTIGOS   | PÁG |
|---|-----|
| <b>Pierre Salama:</b> Dívidas e Políticas de Ajuste .....   | 3   |
| <b>Manoel Luiz Malaguti:</b> O Marx Positivista: Uma Interpretação do "Posfácio" à Segunda Edição Alemã de "O CAPITAL" .....      | 8   |
| <b>Gisélia Franco Potengy:</b> Participação Política e Movimentos Sociais .   | 13  |
| <b>Josemir Camilo de Melo:</b> Valor de Escravos em Campina Grande ...  | 22  |
| <b>Jurandir Antônio Xavier:</b> A Questão Regional no Exemplo de Campina Grande .....   | 32  |
| <b>Benedita E. S. Lima Cabral:</b> A Transformação do Trabalho Rural em Aposentado .....  | 36  |
| <b>Olívio Alberto Teixeira:</b> O Processo de Proletarização da Pequena Produção Pesqueira pelo Capital: Algumas Evidências ..... | 41  |
| <b>Lúcia Helena de Oliveira Cunha:</b> O Pescador Artesanal na Ótica Urbano-Industrial .....                                      | 53  |
| <b>RESENHAS:</b>  |     |
| <b>Gilda de Castro Rodrigues:</b> Produção e Reprodução Humana .....  | 59  |

# **RAÍZES**

**Ano IX, V.5, Nº 7, Junho 88/dezembro 90**

## **Editores:**

**Mestrado em Economia e Mestrado em Sociologia da  
Universidade Federal da Paraíba.  
Campus II - Campina Grande**

## **Diretoras:**

**Josefa Salete B. Cavalcanti  
Maria Goretti Serpa Braga**

## **Conselho Editorial:**

**Josemir Camilo de Melo - Presidente (UFPb-CG)  
Elbio Troccoli Pakman (UFPb-JP)  
Fernando Garcia de Oliveira (UFPb-CG)  
Ghislaine Duqué (UFPb-CG)  
Gian Mário Giuliani (UFRJ)  
João Otávio Paes de Barros Jur. (UFPb-CG)  
Manoel Correia de Andrade (UFPe)  
Maria Cristina de Melo Marin (UFPb-CG)  
Maria da Guia Gareis (UFPb-CG)  
Otávio Ianni (PUC-SP)  
Paola Cappellin Giuliani (UFRJ)  
Paulo Nakatani (UFRN)  
Raimundo Nonato Santos (UFR-RJ)**

## **Comitê de Redação:**

**Josemir Camilo de Melo (UFPb-CG)  
Dulce Maria Brito Barbosa (UFPb-CG)  
Lúcia Helena de Oliveira Cunha (UFPb-CG)**

## **Colaboração:**

**UFPb: Reitoria, PRPG, PRAI e CH;  
CAPES e Convênio CAPES/COFECUB**

## **Composição Gráfica:**

**Assessoria Gráfica: Wellington L. Bandeira  
Impressão: EPGRAF (083) 331.2345**

## **Gravura da Capa:**

**Elifas Andreatto**

**ISSN 0102-552X**

# RAÍZES

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

## ÍNDICE

|  | Pág. |
|--|------|
| Artigos:   |      |
| PIERRE SALAMA: Dívidas e Políticas de Ajuste . . . . .   | 3    |
| MANOEL LUIZ MALAGUTI: O Marx Positivista: Uma Interpretação do "Posfácio" à Segunda Edição Alemã de "O CAPITAL" . . . . .      | 8    |
| GISÉLIA FRANCO POTENGY: Participação Política e Movimentos Sociais   | 13   |
| JOSEMIR CAMILO DE MELO: Valor de Escravos em Campina Grande . .  | 22   |
| JURANDIR ANTÔNIO XAVIER: A Questão Regional no Exemplo de Campina Grande . . . . .   | 32   |
| BENEDITA E. S. LIMA CABRAL: A Transformação do Trabalhador Rural em Aposentado . . . . .                                       | 36   |
| OLÍVIO ALBERTO TEIXEIRA: O Processo de Proletarização da Pequena Produção Pesqueira pelo Capital: Algumas Evidências . . . . . | 41   |
| LÚCIA HELENA DE OLIVEIRA CUNHA: O Pescador Artesanal na Ótica Urbano-Industrial . . . . .                                      | 53   |
| Resenhas:  |      |
| GILDA DE CASTRO RODRIGUES: Produção e Reprodução Humana . . .  | 59   |

A revista **RAÍZES** é uma publicação semestral editada pelos mestrados em Sociologia e em Economia – com área de concentração em problemática rural – da Universidade Federal da Paraíba – Campus II.

Os trabalhos assinados são de inteira responsabilidade de seu(s) autor(es).

É permitida a livre transcrição de qualquer matéria desde que seja citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio de revistas.

#### **Referências Bibliográficas:**

**RAÍZES**, v. 5, n.º 7, jun.88/dez.90, Campina Grande, Mestrado em Economia e Mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba – UFPb.

1. Sociologia Rural – periódico
2. Economia Rural – periódico
3. História Econômica e Social – periódico  
CDD – 330  
CDU – 338.43 (05)

**Revista RAÍZES**  
Av. Aprígio Veloso, 882  
Centro de Humanidades  
Universidade Federal da Paraíba  
58.100 – Campina Grande, PB.

Tel. (083) 321-7222, r. 143 e 158  
TELEFAX: (083) 321-7240

Os Cursos de Mestrado em Sociologia e Economia, com área de concentração em Sociologia Rural e Economia Rural, têm a satisfação de apresentar à comunidade acadêmica o número 7 da Revista Raízes, na tentativa de reativar este veículo de divulgação da produção científica de professores, estudantes e pesquisadores vinculados às suas principais linhas de pesquisa.

Como é do conhecimento dos leitores, RAÍZES enfrenta uma série de dificuldades para garantir sua periodicidade, seja pela carência de recursos ou pela frágil política de editoração a nível de nossas instituições universitárias. Assim, ela mantém-se de forma artesanal e depende, basicamente, do empenho de um grupo de professores que se compromete, a cada número, com sua publicação. Por outro lado, é a certeza de que a revista é uma fonte especial para o intercâmbio institucional, que nos fez acreditar e lutar pela sua continuidade.

Para a publicação deste número recebemos apoio de vários setores da UFPB, o que agradecemos. A continuidade do projeto desta revista apresenta novos desafios, que esperamos possam ser vencidos pela perseverança e tenacidade dos que fazem hoje a Universidade Brasileira.

As Diretoras

Durante o decênio que antecedeu à crise financeira mexicana de agosto de 1982, a situação econômica da maioria dos países latino-americanos podia se caracterizar por um grande crescimento *per capita* e desequilíbrios graves e numerosos: déficit comercial e orçamentário, inflação cada vez mais significativa.

De 1982 até o início de 1989, apesar dos vários planos de ajuste, a situação se agravou profundamente. Apenas três países (Brasil, Colômbia e Panamá) tiveram um crescimento de seu produto *per capita* — mesmo assim um crescimento extremamente modesto e irregular —; os outros caíram numa depressão, às vezes profunda.

A renda *per capita* decresceu consideravelmente, o poder de compra dos trabalhadores muitas vezes chegou a diminuir de metade, os gastos sociais foram fortemente reduzidos. A violência individual e coletiva se alastrou: os tumultos estouraram em São Domingos e ultimamente na Venezuela.

A política econômica seguida pelos diversos governos visava três objetivos: passar de um déficit da balança comercial para um amplo excedente a fim de poder assegurar o serviço da dívida externa; reduzir drasticamente o déficit orçamentário e, finalmente, baixar sensivelmente a taxa de crescimento dos preços (a manutenção de um crescimento industrial importante não figurava entre os objetivos fixados).

O único objetivo realmente atingido foi o excedente da balança comercial, mas, devido à importância do serviço da dívida, este revelou-se insuficiente e sobretudo precário. Com exceção do Brasil e do Chile, este superavit tende a se reduzir muito, e novas negociações visando um reescalonamento da dívida estão novamente na ordem do dia, com suas conseqüências: novas políticas de ajuste cuja ineficácia acaba de ser dolorosamente vivenciada por todos que experimentaram a queda de seus rendimentos. Em contrapartida, os outros objetivos não foram atingidos: em vez de se reduzir a taxa de inflação, assistimos a uma aceleração na alta dos preços, e no lugar do desaparecimento do déficit orçamentário, as medidas econômicas instauradas provocaram um aumento sensível deste déficit, apesar das reduções significativas de certos gastos públicos.

De maneira geral, as políticas econômicas ditas de ajuste estrutural não atingiram todos os objetivos fixados. Efeitos perversos, não previstos, se manifestaram e provocaram uma profunda degradação da situação econômica.

O objetivo deste artigo é analisar as políticas praticadas e suas conseqüências.

### OS OBJETIVOS E AS POLÍTICAS ASSOCIADAS

#### A balança comercial

Para transformar o déficit comercial em excedente, o Fundo Monetário Internacional recomendava uma política de maxi-desvalorização. A moeda local devia ser desvalorizada numa taxa superior àquela necessária para compensar o simples diferencial de inflação constatado entre tal ou tal país latino-americano e os Estados Unidos, país de referência. Essas maxi-desvalorizações tinham por objetivo de tornar as exportações desses países mais competitivas e suas importações mais dispendiosas. Graças a esta política, podia-se esperar um saldo comercial positivo num espaço de tempo mais ou menos importante, em função da natureza dos produtos importados e exportados e a situação da conjuntura internacional.

---

\* Artigo entregue para publicação em 1989. Tradução de Ghislaine Duqué

Este objetivo foi globalmente atingido e o serviço da dívida pôde ser, dessa forma, parcialmente assegurado. Entretanto, os produtos destinados à exportação, tornados mais competitivos graças às maxi-desvalorizações, foram freqüentemente dirigidos — num primeiro momento — em direção aos mercados externos em detrimento do mercado interno. Com efeito, a elasticidade da produção com relação aos preços era muitas vezes fraca e o aumento da oferta de produtos para exportação se realizava, em parte, por uma diminuição da oferta de bens destinados ao mercado interno. A alta dos preços dos produtos importados, seguida das desvalorizações, provocou uma diminuição da demanda por esses produtos, com exceção dos que não encontravam substituto no mercado local. Como esta redução não foi suficiente, medidas de fixação de quotas por produtos foram tomadas. Precisa-se portanto destacar que a redução das importações foi obtida essencialmente graças a medidas administrativas, o que está em contradição com a filosofia liberal anti-intervencionista na qual se inspiravam essas políticas de ajuste.

Seja como for, as exportações aumentaram maciçamente em alguns países, e as importações diminuíram. Assegurou-se um serviço mínimo da dívida: os juros foram mais ou menos pagos, raramente o principal. Mas o vocábulo "mínimo" poderia provocar confusão. Os esforços realizados foram consideráveis: esses países pagaram, no decorrer destes seis últimos anos, entre 2 e 6% do total das riquezas que produziram; a punção monetária a que eles se submeteram ultrapassa de muito aquela que a Alemanha sofreu após a primeira guerra mundial a título de ressarcimento de danos de guerra.

## A inflação

A proposta tinha sido de reduzir a inflação pelo controle da massa monetária, isto é, limitando os créditos à economia, mesmo que fossem aumentando as taxas de juro.

Segundo os economistas adeptos da corrente dita das antecipações racionais, cuja influência não é menosprezível no Fundo Monetário Internacional, a redução drástica da taxa de crescimento da massa monetária devia ter um efeito positivo sobre a taxa de inflação e um efeito quase nulo sobre a taxa de crescimento da renda, contrariamente ao que pensavam os economistas marxistas e keynesianos, mas também os monetaristas. Estes últimos consideravam, aliás, que haveria uma recessão, mas que esta seria temporária. Segundo a corrente das antecipações racionais, os agentes, isto é, os empresários e os trabalhadores, entenderiam imediatamente o sentido econômico das medidas tomadas e adaptariam seus comportamentos conforme os ensinamentos fornecidos pelos modelos econômicos que mostram a inflação como produto de um aumento da massa monetária e a deflação, como resultado de sua redução. Desde que se supõe esta racionalidade inata dos agentes e a pertinência destes modelos econômicos, pode-se considerar que a redução da taxa de crescimento da massa monetária leva a antecipar um menor aumento dos preços, de tal modo que os preços efetivos, resultando dos preços antecipados, seriam inferiores aos que decorreriam de uma simples extrapolação dos preços passados. Esta mudança — racional — não deveria ter nenhuma influência sobre o nível da produção, salvo se os agentes fossem insuficientemente informados.

Este desvio rápido pelo caminho das antecipações racionais é necessário, pois a influência dessa corrente é muito importante; por outro lado, com o desenvolvimento da hiperinflação, as antecipações manifestamente predominam, o que tende a justificar sua abordagem... e as medidas econômicas preconizadas por essa tendência.

## O equilíbrio orçamentário

Os economistas do Fundo Monetário Internacional consideram que o déficit or-

çamentário deve ser reduzido por duas razões: ele é fonte de inflação, e ele traduz uma intervenção exagerada do Estado.

Em regra geral, para o F.M.I., a intervenção do Estado é nefasta: ela carrega recursos importantes que são conseqüentemente desviados do mercado dos fundos. Os recursos destinados à poupança tornam-se então insuficientes (efeito de "evicção"). Por outro lado, a eficácia da intervenção do Estado é menor do que aquela resultando das decisões ditadas pelo mercado. Por essas duas razões, o déficit orçamentário deve ser reduzido pela diminuição dos gastos públicos e as receitas fiscais não podem aumentar sob forma alguma, devendo-se procurar reduzi-las.

Estas políticas econômicas tiveram efeitos perversos: tendência à hiperinflação, depressão profunda, crise fiscal em vários países. Elas têm, contudo, levado a liberar um saldo comercial positivo que permite assim garantir uma grande parte do serviço da dívida externa. São esses efeitos perversos que pretendemos agora analisar, detendo-nos mais particularmente nas medidas que dizem respeito às taxas de câmbio e aos gastos públicos. Também mostraremos que estes efeitos se transformaram em causa de agravamento da crise.

## OS EFEITOS PERVERSOS

### Um efeito depressivo importante

O efeito depressivo resulta da combinação entre a redução dos gastos públicos e os efeitos induzidos pelo aumento considerável dos encargos da dívida externa.

A intervenção do Estado assegurou a sobrevivência de empresas obsoletas, o que, a nível macroeconômico, tem seus custos. A redução dos gastos públicos pode portanto de ter efeitos positivos: as empresas pouco eficientes do ponto de vista da concorrência internacional são eliminadas e as quantias assim poupadas podem ser destinadas a investimentos mais eficazes. Este argumento, tido em grande valor pelos liberais, não pode ser aceito tal qual. Por um lado, os órgãos públicos não têm que se submeter cegamente a esse ditame dos custos; por outro lado, a manutenção em sobrevida temporária de atividades não rentáveis pode se justificar pelo custo social que sua eliminação provocaria, enquanto que uma reconversão dos trabalhadores não seja realizada. Finalmente, em certos setores, as empresas cuja rentabilidade não está assegurada hoje podem tornar-se rentáveis amanhã, à condição no entanto que uma política industrial de desenvolvimento e/ou reestruturação seja colocada em prática.

Além desses efeitos positivos e das reservas que acabamos de formular, uma redução drástica dos gastos públicos tem efeitos macroeconômicos importantes: os salários pagos pelo Estado são reduzidos (o funcionalismo público enfraquece, os salários reais baixam) e a procura se reduz. Os investidores do setor privado antecipam então uma redução de seus lucros e investem menos, reduzindo-se o emprego e os salários. O nível da produção baixa. Por outro lado, o Estado reduz igualmente suas encomendas, inclusive ao setor privado, provocando efeitos depressivos semelhantes. Enfim, a redução dos gastos, inclusive na infraestrutura, se ela permite fazer economias no imediato, paga-se muito caro mais adiante: degradação das estradas, das canalizações, dos prédios públicos etc., o que agrava a insalubridade das grandes metrópoles. Uma argumentação semelhante poderia ser feita para os gastos de saúde, com essa diferença que sua redução drástica acentua ainda mais as desigualdades e constitui uma ameaça para a sobrevivência de uma grande parte da população.

O processo que acabamos de descrever é clássico. Outros mecanismos perversos ainda vêm se juntar a estes. A redução dos gastos públicos combinada com uma política de maxi-desvalorizações e/ou de taxa de juros elevadas, acrescentam problemas suplementares. As maxi-desvalorizações deveriam facilitar o serviço da dívida externa,



mas elas pesam sobre o serviço da dívida interna, o que vai necessitar em consequência uma redução mais importante dos outros itens do orçamento. A depressão tende então a se agravar e a inflação a se desenvolver.

Para esclarecer nossa exposição, um pouco de história se faz necessário. Em alguns países, a dívida externa foi em parte o resultado direto ou indireto do déficit orçamentário. Quando o déficit era importante, os governos às vezes procuravam um financiamento externo e contraíam uma dívida em dólares. Quando encontravam dificuldades para conseguir diretamente empréstimo para suas necessidades tanto internas quanto externas, eles utilizavam as grandes empresas públicas: mandavam-nas tirar empréstimos nos mercados financeiros internacionais e obrigavam-nas a depositar o produto dos mesmos, quer dizer dólares, no banco central. Em troca, eles ofereciam a essas empresas uma garantia sobre o risco de câmbio. Tais práticas estabeleciam uma ligação entre as duas dívidas, externa e interna, mediante a taxa de câmbio do dólar. Quando a moeda nacional está fortemente desvalorizada, além do diferencial dos preços que existe com os Estados Unidos, isto é quando a taxa de câmbio real baixa, a parte da dívida externa expressa em dólares tem seu correspondente em moeda nacional (peso, cruzeiro, etc.) elevado no ritmo das maxi-desvalorizações. O dólar sendo apreciado em relação às moedas locais, a parte da dívida indexada no curso do dólar se valoriza na mesma proporção.

Depois de 1982, os países latino-americanos perderam quase totalmente acesso aos mercados financeiros internacionais. O serviço de sua dívida externa devia portanto ser financiado a partir dos excedentes comerciais obtidos pela prática das maxi-desvalorizações. Daí, a fração da dívida interna e de seu serviço ligada à taxa de câmbio do dólar ia seguir uma evolução específica: seu valor, expresso em moeda local, aumentava os gastos públicos e como um componente importante do orçamento (encargos da dívida) aumentava com a queda da taxa de câmbio real, os outros componentes, isto é, em grosso, as despesas de funcionamento e os investimentos públicos, deviam ser mais reduzidos.

Foi dessa forma que, em 1983, os gastos de saúde no México foram reduzidos de mais de 30%. O que era portanto pedido a esses países era uma redução efetiva dos gastos públicos muito mais significativa do que a anunciada. Os efeitos depressivos ficariam geralmente à altura dessas reduções drásticas e, apesar destas, o déficit orçamentário iria crescer; pois as reduções não eram suficientes frente ao aumento dos encargos da dívida externa.

Seria no entanto um erro pensar que o aumento considerável dos encargos da dívida interna teria como única origem a política de maxi-desvalorização. Observa-se aliás na maioria dos países latino-americanos nos dois últimos anos, ou um afrouxamento no ritmo das quedas da taxa de câmbio real, ou um aumento dessa taxa. Com efeito, qualquer nova apreciação da taxa de câmbio real, mesmo modesta, acompanha-se de uma forte elevação da taxa de juro, baseada em parte na esperança, muitas vezes ilusória, de que os capitais não tentarão se converter em dólares e permanecerão no país. Esta alta de juro repercute-se sobre o serviço da dívida: todo empréstimo novo para financiar o déficit orçamentário realizar-se-á em condições mais onerosas.

**Em direção a uma economia especulativa e hiperinflacionária?**

O aumento do déficit orçamentário, a redução das margens antecipadas das empresas, o superavit comercial importante, alimentam o processo inflacionário. O receio de ver a massa das receitas baixar leva as empresas a aumentar seus preços. Há portanto uma relação entre a contração da produção, a ameaça sobre as receitas e a alta dos preços. Quanto a insegurança da situação aumenta, as empresas adotam um comporta-

mento especulativo. Um exemplo pode ilustrar nossa argumentação: em caso de previsão de queda das vendas, as empresas aumentam seus preços; mesmo se for comprovado que elas se enganaram quanto ao nível de vendas, em vez de, em caso de saturação das capacidades de produção, satisfazer a demanda mais importante do que previsto por investimentos suplementares, elas respondem aumentando os preços.

De maneira geral, o contexto depressivo, a forte inflação e as antecipações pessimistas desviam o investimento do setor produtivo e levam as empresas a dar preferência aos ativos financeiros. A especulação se desenvolve, se auto-reproduz acentuando-se, e o aparelho produtivo envelhece. O exemplo da Argentina traduz perfeitamente esta evolução. Por falta de investimentos suficientes no setor industrial, os custos se tornaram menos competitivos. Quando, além do mais, os direitos de alfândega e a fixação de quotas por produtos são reduzidos, as importações se desenvolvem em consequência, reduzindo aos poucos e inexoravelmente o saldo comercial positivo, podendo levar a uma desvalorização.

# O MARX POSITIVISTA: UMA INTERPRETAÇÃO DO "POSFÁCIO" À SEGUNDA EDIÇÃO ALEMÃ DE "O CAPITAL" \*

Manoel Luiz Malaguti \*\*

O "Posfácio à 2ª edição alemã de "O Capital" é um texto impressionante. Ele impressiona pela capacidade de síntese e clareza da exposição, assim como pelo conteúdo denso e essencial; esta conjunção de densidade, conteúdo e fluidez de exposição é uma das facetas mais brilhantes deste escrito de 1873.

No que se refere ao conteúdo, Marx faz, através de comentários de outros autores, a apresentação de seu método; distingue entre o seu emprego na pesquisa e na exposição de seus resultados. Relata opiniões favoráveis e negativas sobre seu trabalho maior e, ainda, posiciona-se sobre o papel da História na produção teórica; tudo isso em apenas 10 páginas.

Entendemos que Marx pretendeu (ou precisou) dar um passo maior que as pernas. Em nenhum momento da exposição de Marx seus conceitos são contextualizados, sendo-nos apresentados de forma acabada <sup>(1)</sup> e transmitindo certezas inabaláveis: adota aqui um estilo de exposição semelhante ao do "Manifesto do Partido Comunista" de 1848, 35 anos após a sua 1ª edição.

Semelhantemente ao "Manifesto" (e talvez pelas mesmas razões), esta obra tem um peso considerável na formação intelectual de inúmeros cientistas, principalmente na leitura que fazem da dialética e do papel da História na legitimação de proposições teóricas. Sobre esta última temática desenvolveremos algumas observações, com o intuito de alertarmos sobre o perigo de uma (de)formação que *privilegie* a leitura do "Pós-fácio" no interior da globalidade da obra de Marx <sup>(2)</sup>.

No texto que discutimos, a objetividade dos fatos é tratada como uma espécie de "demonstrativo de veracidade" ou "coisa irrefutável". Ao afirmar que a economia política burguesa "só pode assumir caráter científico (grifo MLM) enquanto a luta de classes permaneça latente ou se revele (grifo MLM) apenas manifestações esporádicas" (p. 10), Marx assume uma postura que universaliza a revelação, no sentido de entendê-la perceptível a todas as classes sociais e suas camadas. De uma certa forma, desconsidera a existência de classes sociais na qualificação do que é, ou não, científico, pois a percepção (revelação) do real se dá, de fato, com cores e ênfases muito diversas, na dependência da posição social em que se observa.

Não se discute a veracidade da avaliação do autor quanto ao estágio em que se encontraria a luta de classes; isto é irrelevante. O que se coloca em questão é a negação do estatuto de ciência àquele ramo do conhecimento que desconhece ou não aceita uma possível faceta do movimento social. Esta postura positivista atinge até os limites de uma crítica moralista da teoria econômica burguesa, quando lemos que, a partir do momento em que a "luta de classes adquiriu, prática e teoricamente, formas

---

\* Utilizamos a edição brasileira de "O Capital", elaborada pela Civilização Brasileira em 1975.

\*\* Do Mestrado em Economia, UFPb, Campus II.

(1) Sem uma construção conceitual elaborada através da agregação progressiva de mediações.

(2) Nós mesmos, em virtude da importância exagerada que atribuímos ao genial "Posfácio", adotamos, em trabalho anterior, posições de cunho nitidamente positivista; estas posições sofrem aqui uma auto-crítica radical, embora pontual.

Em relação à nossa postura positivista, ver: MALAGUTI, M.L. Processo de Conhecimento e Revolução. Mestrado em Economia, UFPb (Campus II), Caderno de Economia — Série Debates nº 21, outubro de 1985.

mais definidas e ameaçadoras (pra quem?) (...) Os pesquisadores desinteressados (grifo MLM) foram substituídos por espadachins mercenários (grifo MLM) (e a) investigação científica imparcial cedeu seu lugar à consciência deformada e às intenções perversas da apologética (grifo MLM" (p. 11).

O positivismo é evidente: os fatos são colocados acima das classes sociais que os geram e estimulam, passando a ser atributos do gênero humano; é na qualidade de manifestações do ser humano genérico (inexistente, portanto!) que podemos considerá-los como independentes da humanidade, pairando sobre ela, discriminando-a e qualificando-a.

É importante observar, entretanto, que o "Posfácio" é um texto de polêmica, onde algumas posições são radicalizadas no calor da luta teórica e, conseqüentemente, expostas de forma pouco rigorosa: Marx corria em defesa de Hegel e, talvez sem tempo de frear, foi a seu encontro; "ao tempo em que elaborava o primeiro volume de "O Capital", era costume dos epígonos impertinentes, arrogantes e medíocres, que pontificavam nos meios cultos alemães, comprazerem-se com tratar Hegel, tal e qual o bravo Moses Mendelsohn, contemporâneo de Lessing, tratara Espinoza, isto é, como um 'cão morto'. Confessei-me, então, abertamente discípulo daquele grande pensador (...)". (p. 16).

De uma forma resumida e simplificada, parece-nos que o trabalho que analisamos se situa no ponto de encontro teórico da dialética idealista e do positivismo: uma espécie de concerto a quatro mãos, para Hegel e Comte.

Devemos insistir, porém, na afirmação de que não consideramos os desenvolvimentos do "Posfácio" como a posição de Marx frente à relação Teoria/História. Entretanto, no próprio "O Capital", encontramos explicações que parecem legitimar as apressadas conclusões do "Pós-fácio", tais como:

1.º) A provável existência histórica de um Modo de Produção de Pequena Produção Mercantil é muito estimulada pelo autor nos diversos exemplos de comunidades urbanas de artesãos, utilizadas para ilustrar a lei do valor em nível do Livro I (3).

2.º) A provável anterioridade histórica do "valor" face aos "preços de produção", sob a égide do Modo de Produção Capitalista (uma afirmação literal do próprio Marx, no Livro III).

Essas questões ligam-se a nossa problemática através de uma necessidade de encontrar-se, na História, uma comprovação para toda e qualquer colocação teórica, como se a História Social e a Teoria devessem atravessar o túnel do tempo de mãos dadas, sendo a Teoria o mero relato do acontecido, sem nenhuma autonomia (4).

Partir da História e dos fatos — da forma absolutizada ("demonstrativo de veracidade") — para a eles retornar, parece ser condição exclusiva de cientificidade. Em outras palavras, esta questão coloca a História ou a prática social como divisor de águas entre o que é teoria científica e o que é teoria apologética. A prática assume uma forma fantasmagórica, sendo coisa e sombra, ao mesmo tempo é prática e expressão da prática, verdade absoluta, como o Deus hegeliano (5).

(3) É muito comum encontrarmos interpretações semelhantes na corrente de pensamento liderada por Ernest Mandel.

(4) Este aspecto do problema relaciona-se com outra discussão sobre a realidade das idéias e sua influência histórica como fator objetivo.

(5) Ver: MARX, K. & ENGELS, F. A Ideologia Alemã. São Paulo, Ciências Humanas, 1979, 2ª ed. (especialmente as Teses sobre Feuerbach).

## TEORIA BURGUESA E TEORIA NÃO-BURGUESA

A luta entre a teoria burguesa e a não burguesa deve ser vista como a contradição principal do "Posfácio". Num determinado período histórico a teoria burguesa é a expressão possível do real, sendo impossível, portanto, a interpretação do real sob outra ótica. Neste período, a teoria burguesa afirma-se como ciência propriamente dita, dotando seus porta-vozes de dignidade acadêmica e de caráter<sup>(6)</sup>. Vejamos: "A partir de 1848, a produção capitalista se tem desenvolvido rapidamente na Alemanha (...). Mas os fatos continuam adversos aos nossos especialistas (economistas políticos). Quando podiam ser imparciais no trato da economia política, faltavam à realidade alemã as condições econômicas modernas. Quando surgiram estas, surgiram em circunstâncias que não permitem mais seu estudo imparcial sem ultrapassar os limites burgueses. A economia política burguesa (...) só pode assumir caráter científico enquanto a luta de classes permanecer latente ou se revele apenas manifestações esporádicas. (p.10).

Assim, nos períodos históricos em que seja evidente a luta de classes, Marx entende que a economia política burguesa não pode ser ciência, não pode "assumir caráter científico". Logo, fariam ciência apenas aqueles que expressam interesses opostos ao da burguesia.

Do exposto, fica claro que, para Marx, nas sociedades classistas, o caráter das teorias é determinado pela luta de classes, entendida como as "condições econômicas modernas". Em outras palavras, ter-se-fam, potencialmente, tantas ciências quantas fossem as classes sociais.

Novamente, entretanto, é preciso advertir que, aqui, a existência da luta de classes é considerada um "fato irrefutável". Como já vimos, este tipo de consideração, ao universalizar a consciência da luta, provoca, de fato, a desconsideração teórica das classes sociais na análise em questão. Ou seja, se todas as classes têm a mesma consciência e esta é determinada pelas condições objetivas de inserção na sociedade, estas condições devem ser, logicamente, idênticas e, por conseguinte, não existem classes sociais. Esta falsa conclusão é o que se pode deduzir da consideração da luta de classes como "fato irrefutável", tornando a aproximação com o idealismo cada vez mais evidente.

## A MULTIPLICIDADE DE CIÊNCIAS

Entendemos que, sob o Modo de Produção Capitalista, existe apenas uma ciência, seja em que fase histórica desta forma de produção da vida humana estejamos. Por quê? Simplesmente porque no capitalismo as classes sociais não existem isoladas, tornando-se classes exatamente pela relação social: as influências recíprocas e os condicionamentos mútuos impedem a existência de uma ciência classista (representante pura dos interesses de seus integrantes). ou, sob outro prisma, a própria existência das classes sociais.

As referências à ciência burguesa devem, a nosso ver, ser entendidas como referências à ciência que produz e se aplica no Modo da Produção Capitalista.

No caso da Teoria Econômica, por exemplo, seria plausível tentarmos caracterizar o Keynesianismo como apologia e o marxismo como ciência? Ou o marxismo como apologia e o Keynesianismo como ciência? Qual o critério definidor?

---

(6) "Ricardo, seu último grande representante (...)". (p. 10).

O marxismo e o Keynesianismo são facetas de uma mesma ciência econômica, componentes inseparáveis do conhecimento econômico. Se escolhermos uma das possibilidades, o faremos com base numa posição de classe, adotando um ponto de vista repleto de "a priori" e determinado por nossa inserção social; e isto por mais "óbvias" que pareçam (para nós, claro!) as verdades de "nossa ciência"

Embora possa parecer ocioso precisar, devemos deixar bem claro que não negamos que uma teoria se aproxime de uma interpretação da realidade mais ou menos exata do que outra. A realidade existe independentemente das teorias e é natural que algumas a representem com maior fidelidade que outras. A grande discussão é determinar qual delas. Mesmo que pudéssemos determiná-las, (se fôssemos deuses) a escolhida não seria (para o homem) ciência e a outra apologia. Isto porque, em qualquer processo de conhecimento social, a especificidade da inserção social do pesquisador (sua posição de classe e na classe) determina o objeto de estudo, fornece uma específica concepção deste mesmo objeto e condiciona o como e o para que estudá-lo.

De acordo com o exposto é que podemos entender o que dizia Gramsci, quando afirmava que "(...) a ciência jamais se apresenta como noção objetiva; ela aparece sempre revestida por uma ideologia." (7). Ou, ainda de forma mais enfática, quando ressaltava: "Mas, na realidade, também a ciência é uma (...) ideologia (...)" (8).

Assim, como esperar, como o faz Marx no "Posfácio", que alguma teoria possa ser imparcial e, por isso, transformar-se em ciência?

Para Marx a resposta parece situar-se no campo da História e de acordo com dois aspectos de um mesmo momento: 1) A necessidade da existência de condicionantes históricos (fatos) detonadores da criação teórica e 2) A ratificação histórica da teoria, para que esta possa ser científica e demonstrar-se, aparecer como tal.

Com isto nos remetemos à chamada "prova de Praxis".

## A PROVA DE "PRAXIS"

É quase banal lembrar que uma mesma situação social pode justificar teorias opostas, "demonstrando" (no sentido positivista) sua cientificidade teórica. Se isto é verdadeiro, então, qual o sentido de procurar-se apoio empírico para as sistematizações de idéias?

Acreditamos que o sentido é dado pela relativização do papel do "empírico", considerando-o como uma etapa essencial do processo de conhecimento. Sem a confrontação com o empírico, toda e qualquer teoria não pode se afirmar como ciência, mas, por este confronto, torna-se apenas ciência possível: o empírico atua como fator de exclusão, elemento selecionador e "elitizante".

Dando continuidade a este raciocínio (e para esclarecê-lo), podemos considerar a 2ª Tese sobre Feuerbach, verificando o papel que Marx, na realidade, atribui ao empírico, à "praxis". Vejamos: "É na "praxis" que o Homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno de seu pensamento". Nesta tese, Marx não atribui à praxis ("atividade humana sensível") o papel definidor e definitivo que deixa entrever em seu "Posfácio". Ele apenas situa o terreno da definição: "é na 'praxis' ", como "locus" privilegiado e preferido da teoria científica.

---

(7) GRAMSCI, A. Conceção Dialética da História. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978, p. 71.

(8) Idem, p. 71.

Veja-se, também, que a "verdade do pensamento" é entendida como "realidade e poder", ou seja, como algo que se objetiva e transforma, algo que atua e mobiliza. Nada nos autoriza a atribuir ao conceito de "verdade" a capacidade de demonstrar o caráter científico das teorias, mas só (e apenas só) sua objetivação e capacidade de mobilização. Da forma como Marx utiliza o conceito de verdade, seu oposto não poderia ser a "mentira", "falsificação", "imparcialidade" ou "apologética" (como ele o considera no "Posfácio").

Assim, se a tese não demonstra a cientificidade, a antítese não pode demonstrar a não-cientificidade. Por conseguinte, se a verdade define-se na "praxis", esta não pode, como único critério, delimitar a fronteira que separa a ciência da apologética... Simplesmente porque não lhe cabe esta função!

Esta é a única interpretação que se pode fazer sobre o papel da "praxis" no contexto da Ideologia Alemã, ao contrário da que se faz quando partimos de uma análise exclusiva do "Posfácio".

No "Posfácio" o autor reitera, repetidas vezes, que, após o desnudamento das relações antagônicas do capitalismo, "Não interessava mais saber se este ou aquele teorema era verdadeiro ou não; (...)" (p. 11). Ou seja, sendo evidente o antagonismo no capitalismo, a investigação burguesa imparcial é transformada em teoria apologética. Aqui, verdade e parcialidade, ou verdade e apologética, aparecem como polos, como tese e antítese; à verdade se opõe a deformação intencional da interpretação da sociedade; à verdade se opõe a mentira, resumidamente. Esta posição é, como vimos acima, insustentável e contrária à observada na Ideologia Alemã, mas permite que os opositores do marxismo se apoiem nas citações de seu próprio fundador, fornecendo à crítica um peso desmesurado.

Esta visão do certo ou do errado, do parcial e do imparcial, do científico e do não-científico (como fortes componentes morais), representou, numa certa época, um grande avanço em relação às concepções de fundo religioso, compondo o núcleo ético do positivismo e representando a necessidade imperiosa de expansão das forças produtivas pela via do desenvolvimento das ciências da natureza. Entretanto, esta visão ou desenvolvimento filosófico, quando transposta para a análise das relações sociais, extirpa do campo de pesquisa toda e qualquer divisão da sociedade, unificando-a sob o ponto de vista da burguesia.

No entanto, se uma concepção falsa de "verdade" corresponde uma também falsa concepção de cientificidade, devemos fazer sua crítica no contexto apropriado, chamando atenção — como fizemos — para a distinção profunda dos conteúdos conceituais que encontramos em duas diferentes obras de Marx. E mais, lembrando que, no âmbito da globalidade de sua obra e da aplicação de seu método, fica cristalina a interpretação apropriada e representativa; muito distinta da do "Posfácio" e sem nenhum tipo de resquício positivista, ao contrário.

Entendemos que será seguindo as leis da dialética materialista — da forma como foram desenvolvidas pelo próprio Marx — que evitaremos o erro de considerar o todo a partir das partes, a obra a partir de um texto ou de um fragmento seu.

O "Pós-fácio" foi um mau momento do autor de "O Capital" que, indevidamente, obteve tanta repercussão.

Em que medida os movimentos sociais no campo representam uma ameaça ao poder local e uma indicação de autonomia política do trabalhador rural? O objetivo do trabalho é tentar responder a esta questão, utilizando como exemplo a situação da Paraíba, onde se destacam dois tipos de movimentos sociais: o da luta pela terra e o movimento por melhores condições de trabalho e salários que culminou na greve dos canavieiros em 1984.

A autonomia política do trabalhador rural tem sido interpretada através das análises da votação eleitoral. Questiona-se esta interpretação à medida que, no campo, não há praticamente oposição ideológica nem possibilidade de inclusão dos projetos reivindicativos das massas rurais nos programas partidários, ficando as preferências eleitorais divididas entre as famílias dominantes no município. Em tais circunstâncias, a análise dos movimentos sociais, das formas de participação dos trabalhadores rurais nestes movimentos e da reação da classe dominante assume um significado mais amplo. É através desta análise que se desvenda o processo de quebra dos mecanismos de dominação econômica, política e ideológica, primeira condição para que o trabalhador enfrente a luta política.

A ocorrência de movimentos sociais em certos municípios pode também levar à derrota do partido de oposição. Se este não oferece canais reais de afirmação da cidadania do trabalhador, não se constituiu e não é reconhecido como veiculador legítimo de seu projeto.

As análises recentes sobre as eleições e os partidos políticos no Brasil utilizam, em geral, o percentual de votação no partido oposicionista durante os anos de autoritarismo como indicador de maior nível de participação política, em comparação com o eleitorado que privilegiou nas urnas o PDS — o partido do governo.

Nesse raciocínio, os votos que garantiram a vitória do partido do governo nas eleições realizadas durante o período autoritário são tomados como indicador da ausência de consciência política e de atrelamento às forças conservadoras agrupadas no partido governamental. Estas forças estariam encasteladas, principalmente no campo, que ainda votaria pelo "voto de cabresto", pelo "compromisso". A vitória do partido do governo deveria ser atribuída à falta de urbanização e de industrialização, à impossibilidade de elevar a conscientização política do homem do campo. Amaury de Sousa, analisando os resultados de investigação sobre as eleições realizadas em 1974, 1976 e 1978, afirma que:

*"a distribuição ecológica do voto não deixa dúvidas quanto ao fato de que, desde 1974, o núcleo oposicionista estava representado pelas grandes cidades, nas regiões mais industrializadas do país, ao passo que o apoio eleitoral governista pautava-se mais e mais pelos padrões tradicionais da política clientelística prevalecente nos municípios do interior e nas regiões mais atrasadas" (2).*

\* Apresentado no GT Estado e Agricultura na Reunião Anual da ANPOCS em 1985.

(1) Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFPE.



Essas e outras afirmações na literatura pertinente relacionam a menor conscientização do homem do campo a sua própria condição rural, negando a possibilidade de maior participação política efetiva, exatamente por não ser operário urbano. Têm subjacente a concepção do camponês como alienado que só seria capaz de se envolver em movimentos pré-políticos (3).

Face a este raciocínio, duas constatações se impõem: 1.º) não é possível negar que as vitórias do partido governista ocorreram principalmente nas áreas rurais do Nordeste; 2.º) por outro lado, é no Nordeste que se desenvolvem, no campo, movimentos sociais de caráter eminentemente político, à medida que se inscrevem num contexto de relações entre trabalhadores—empresas—Estado, muito evidentes a ponto de tanto os conflitos de terra do Litoral como as greves da zona canavieira serem interpretadas como uma luta contra o capital (4).

A luta pela terra, no Nordeste, que teve seu marco nas Ligas Camponesas (1958/64), atualmente se expressa através dos inúmeros conflitos. Na zona canavieira da Paraíba unem-se posseiros, meeiros e arrendatários contra a tentativa de expropriação por parte das empresas agroindustriais, no processo de expansão que vêm sofrendo as culturas de exportação e da cana, desde a implementação do Proálcool.

As greves da zona canavieira no Nordeste começaram em Pernambuco em 1978 e vêm ocorrendo até hoje, como forma de pressionar um acordo coletivo entre patrões e trabalhadores que estabeleça melhores salários e melhores condições de trabalho. Em 1984, pela primeira vez, entraram em greve concomitantemente os trabalhadores e canavieiros de três Estados: Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba. A greve foi unificada pelas FETAGs e pela CONTAG.

Como explicar a ocorrência da luta política, nos conflitos de terra e nas greves, simultânea à aparente falta de consciência política, expressa nos resultados eleitorais no Nordeste? Primeiramente, é necessário definir a relação entre a participação nos movimentos sociais e o comportamento eleitoral; depois, levantar algumas considerações sobre o significado do voto governista e do voto oposicionista para melhor qualificar as formas de participação política da população.

Reconhece-se a dificuldade em estabelecer a relação entre movimento social e voto, isto é, participação na escolha de representantes. Esta dificuldade não reside na diferença de nível de participação, mas, em estabelecer o significado do voto para as massas rurais e como percebem esta "política" cuja prática se faz normalmente acima e apesar delas. Entretanto, o esforço em explicar como se efetua esta correlação diz respeito à necessidade de entender como se desenvolvem os mecanismos de dominação ideológica e política.

Os argumentos levantados basear-se-ão na interpretação dos dados da pesquisa de campo realizada durante as eleições de 1982 no Brejo Paraibano onde estão ocorrendo diversos conflitos de terra face à expansão da cultura da cana (5) bem como dos dados constantes nos relatórios da pesquisa realizada pelo NDHIR/UFPb, sobre as mesmas eleições nos municípios de Alhandra e Conde, região de grande incidência de conflitos de terra, e em Sapé, onde existiu a maior liga camponesa (6).

Dessa forma, será problematizada a questão levantada inicialmente através de exemplos da luta pela terra no Estado que, até 1984, se constitua no mais importante movimento social ocorrido na Paraíba (7).

As características dos conflitos de terra neste Estado podem ser assim resumidos:

1 — Atingem um campesinato diferenciado, composto de rendeiros, arrendatá-

rios, foreiros, parceiros e posseiros com variados níveis de renda, já totalmente ligados ao mercado e cujas condições de reprodução dependem do livre acesso à terra.

2 — Tal diferenciação, no entanto, mostra-se irrelevante em relação a características e interesses comuns que unem os camponeses e que os levam a enfrentar os grandes proprietários fundiários e as empresas agroindustriais.

3 — Essa luta remonta às origens da ocupação da região, envolve gerações e obedece a ciclos de expansão do capital, que correspondem à maior ou menor possibilidade de reprodução deste campesinato.

4 — No atual estágio, graças à política de desenvolvimento agrícola baseada nos programas de modernização de usinas, no Proálcool e no incentivo à exportação de produtos agrícolas, o conflito envolve camponeses, empresas e o Estado.

5 — De início, os camponeses foram orientados pela Igreja progressista que realizou a mediação inicial entre as lutas localizadas e o contexto nacional mais amplo.

6 — Posteriormente, essas lutas foram encaminhadas pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e unificadas pela FETAG, em nível estadual, e pela CONTAG. Mais recentemente, contam com a CONCLAT e a CUT, em nível nacional.

É importante lembrar, para os propósitos deste trabalho, que a orientação política da CONTAG, nas últimas eleições, junto ao Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, em nível estadual e municipal, foi a de que se exigisse dos partidos políticos e de seus candidatos uma definição pública, clara e imediata, sobre as reivindicações da classe, respeitando as diferenças regionais e locais, incluindo as iniciativas que deveriam ser tomadas e quando se deveria tentar implementá-las.

Com base nessa orientação, a FETAG/Pb elaborou um documento em que tratava o problema da terra como a questão política mais importante para os trabalhadores e, por isso mesmo, considerada como ponto de partida de qualquer ação governamental comprometida com os interesses da maioria. Neste sentido, entre outras reivindicações: relacionadas com mudanças na política agrícola e agrária, apontava como medida de absoluta urgência a imediata desapropriação, por interesse social, das áreas de conflito, bastando para isso usar o Estatuto da Terra, o que dependia de decisão política. Ao mesmo tempo, reivindicava a imediata desapropriação das áreas com concentração de parceiros e arrendatários, tradicionais produtores de alimentos, que estão sendo substituídos pela grande produção voltada para o mercado externo e pela expansão de canaviais para a produção de álcool carburante (8).

Entretanto, a FETAG/Pb, quase sempre só vinha a encampar essas lutas, quando elas já haviam adquirido o caráter de conflito. Isto aconteceu sobretudo porque os STR(s), de início, raramente se sensibilizavam com a luta pela terra, dado o caráter predominantemente assistencialista destas organizações, seu atrelamento à política governamental, através da ligação com o Ministério do Trabalho, em decorrência da estrutura sindical brasileira e sua utilização no jogo de poder local pelas forças políticas dominantes.

Desse modo, dos 135 sindicatos de trabalhadores rurais da Paraíba, apenas 3 se posicionaram claramente contra a política oficial durante as eleições: Alhandra, Pitimbu e Sapé (9). Houve também, em todos os períodos eleitorais durante o regime autoritário, um investimento ostensivo do partido governista no sentido de controlar e dirigir os órgãos de classe com objetivos político-eleitorais.

Assim, as lideranças mais combativas surgem e se fortalecem na própria luta pela terra que, nessas regiões, se constitui na forma mais avançada de conflito no campo. Ali, também se desenvolve a consciência dos trabalhadores quanto à polarização de inte-

resses entre agricultores, de um lado, e empresários e Estado, de outro.

Daf, como para a própria luta é importante o posicionamento e a atuação de um órgão classista, dando maior poder de mobilização aos agricultores e mais peso a suas reivindicações, aparece a necessidade de transformar o Sindicato, simplesmente assistencialista, em órgão de real representação de classe. Assim se deu em Alhandra, no litoral, e em Alagoa Nova e Pilões, no Brejo Paraibano, onde as lideranças, forjadas na luta pela terra, se transformaram em lideranças sindicais.

Estabeleceu-se, deste modo, embora de forma superficial e incompleta, apenas para os fins deste trabalho, as relações entre o movimento de luta pela terra e os sindicatos.

Agora, serão examinadas as características dos partidos e como se apresentava o quadro partidário da região durante o período autoritário.

Na Paraíba, como em todo o Nordeste, a política era realizada por membros de uma elite que se posicionam em determinado partido, segundo conveniência das diversas facções dos grupos familiares. Aliás, como ainda hoje. Neste sentido, não há uma base de classe que distinga os integrantes dos diferentes partidos. Assim, nada há que diferencie o candidato de um partido ou de outro, exceto o discurso. Estas considerações são importantes. Basta lembrar que todas as eleições realizadas, durante o regime autoritário, no Estado, tiveram forte tendência municipalista, perdendo-se, neste nível, o caráter plebiscitário que vem caracterizando cada vez mais as eleições nos grandes centros.

Portanto, o partido da oposição não apresentava claramente uma base ideológica. Como levar a sério candidatos da oposição que, discursando, em nível nacional, contra o modelo econômico vigente, eram beneficiados por este mesmo modelo, em nível municipal, como no caso de usineiros e fornecedores de cana <sup>(10)</sup>? No mesmo sentido, para exemplificar como o jogo político no campo não tinha conotação ideológica contra o regime vigente, os usineiros, que têm uma área de influência econômica e política incluindo diversos municípios, podiam apoiar, em um município, um candidato governista e, em outro, um candidato do PMDB como aconteceu com a Usina Santa Maria que, no município de Pilões, apoiou o do PMDB e, em Areia, o candidato do PDS. A opção era uma questão que obedecia a normas que regem as rivalidades tradicionais entre ramos da mesma família, em luta pela hegemonia econômica e política na região. Da mesma forma, a divisão PMDB1 e PMDB2 — as duas sub-legendas do PMDB — demonstra a procura do espaço político num jogo artificialmente limitado por dois partidos.

Conseqüentemente, nestes municípios, a oposição não construiu uma imagem semelhante àquela que a distinguiu nas grandes cidades:

“condenação de um modelo de desenvolvimento econômico que implicava no empobrecimento da maioria da população, a reivindicação das eleições diretas para todos os níveis de poder executivo e repúdio à noção de que o eleitorado fosse imaturo ou incapaz de votar de modo sensato” <sup>(11)</sup>.

A imagem da oposição está, portanto, ligada a questões que dizem respeito às condições de produção e reprodução da existência da maioria da população bem como, a aspectos da prática democrática.

Nesse sentido, a questão da terra é crucial para a construção dessa imagem no campo, vez que a exclusão do modelo econômico vigente se manifestou concreta-

mente através de programas estatais, como o Próalcool, que, favorecendo a empresários rurais, expropriava os camponeses, o que significava perda da autonomia implícita no livre acesso à terra.

A luta pela terra é, pois, luta por melhores condições de existência face aos baixíssimos salários pagos ao trabalhador já totalmente expropriado, exprimindo também o grau de autonomia política alcançado face às relações de dominação-subordinação vigentes no campo, embutidas nas diferentes relações de trabalho. Assim, a luta pela terra significa não somente a possibilidade da construção de uma autonomia econômica como também a possibilidade de construção da cidadania, através do enfrentamento com o dono da terra no processo de mudança das relações de dominação-subordinação.

A classe dominante não somente receia perder privilégios econômicos imediatos, no caso da vitória de uma comunidade que luta pela terra, reivindicando sua desapropriação, como percebe o perigo maior que significa este enfrentamento do ponto de vista ideológico e político. Nesse caso, compreende-se o empenho do Estado, após a vitória da desapropriação, em cooptar os agricultores através de crédito e programas de "desenvolvimento".

Aqui, como já foi mencionado, observa-se ainda outra falta de consistência da oposição que lhe retira conteúdo ideológico oposicionista. Ela diz respeito à defasagem entre a condenação do modelo de desenvolvimento econômico pregada pelo partido em nível nacional e sua postura em nível municipal. Assim, nos municípios onde a luta pela terra se concretiza e, o enfrentamento, assumido pelos agricultores, refletia a orientação partidária oposicionista, os candidatos não tocavam na questão da terra.

No caso extremo de Sapé, onde o processo de proletarização foi intenso na década de 70, embora praticamente não exista luta pela terra, a questão agrária ainda é importante (12). Aí, durante as eleições, ela foi deliberadamente deixada de lado por duas razões: medo de provocar um clima de ebulição política que reeditasse a repressão ocorrida na época das Ligas e, principalmente, porque os líderes oposicionistas eram constituídos sobretudo por médios proprietários abastados, para os quais esta questão também representava uma ameaça. Assim, o que vigorou, na prática, para concretizar a vitória do PMDB, foi a contradição entre médios proprietários e a Usina. O voto contra a Usina, aliada ao PDS, juntou os médios proprietários, a pequena burguesia urbana e os assalariados rurais da cana e do abacaxi, concentrados na cidade (13).

A mesma estratégia foi seguida pelo candidato do PMDB à prefeitura de Areia, no Brejo Paraibano, que conseguiu congregar alguns dos médios proprietários fornecedores de cana, os assalariados rurais concentrados na cidade e a pequena burguesia urbana.

Dessa forma, na Paraíba, as vitórias do PMDB no campo não teriam o mesmo significado que as vitórias do partido de oposição nas grandes cidades. Na área canavieira, não se negou o modelo de desenvolvimento econômico vigente, mas a tática foi a de reunir esforços, tentando contrabalançar a hegemonia da Usina, procurando dividir o poder entre outros agentes econômicos.

Uma questão que se coloca: em que condições se efetuou, na prática, a aliança dessas forças com os assalariados rurais? Por outro lado, será que esta aliança teria sido possível se as eleições de 82 tivessem ocorrido depois da greve dos canavieiros em que culminou o processo iniciado com a luta pelo reconhecimento dos direitos. Em outras palavras, se a greve dos canavieiros tivesse ocorrido antes das eleições?

A questão da democracia debatida pelo partido de oposição em nível nacional será também confrontada em nível municipal. Neste caso, as práticas dos dois partidos

são semelhantes, todos os dois construindo "currais eleitorais" manipulados. Neste sentido, não se pode estranhar que o PDS tenha obtido maior êxito, vez que tinha a máquina governamental em mãos, com todos os recursos disponíveis dos diferentes programas de desenvolvimento.

Assim, lideranças sindicais ligadas à luta pela terra se expressaram sobre líderes oposicionistas ligados ao município:

"Waldir Bezerra (PMDB) só quer voto, só vem aqui nas eleições, diz que vai organizar o diretório e fica na promessa,"

"Mariz (candidato a governador pelo PMDB) não tinha nenhum serviço prestado ao município, Wilson Braga não tinha, mas, negociou com a fome: distribuiu esmolas, fez promessas".

É significativo que, em nenhuma das situações estudadas, o PMDB tenha procurado escolher candidatos à prefeitura que estivessem ligados aos problemas da maioria da população, à questão crucial da terra. Quando o fez, no caso de Conde, o candidato teve problemas legais para o reconhecimento junto ao TRE e o partido se desinteressou lançando outro que não tinha nenhuma representatividade popular.

Em decorrência do processo de mudanças das relações de trabalho ainda em curso no Litoral e no Brejo Paraibano, principalmente nas culturas de cana e do abacaxi, com a proletarização intensa dos trabalhadores rurais, as sedes de muitos municípios se encheram de "pontas de rua", isto é, cresceram as áreas de moradia de assalariados rurais que habitam em casebres, sem nenhuma infra-estrutura urbana. Este crescimento intenso das pequenas cidades do interior que não dispõem de recursos necessários para oferecer tal infra-estrutura, provocou uma demanda considerável pelos serviços que antes faziam parte das obrigações do patrão na relação de "morada".

Assim, os políticos, principalmente de oposição, perceberam que nascia um novo eleitor que recentemente havia rompido as relações de dominação-subordinação que o ligavam ao patrão, dono de terras, encerradas nas relações de trabalho tradicionais. Este novo eleitor ainda não podia ser enquadrado como um cidadão, no sentido de seu reconhecimento, enquanto participante da vida democrática, em termos políticos e sociais. Desta forma, ele é presa fácil de ações clientelistas e se enquadra perfeitamente nestas novas relações políticas.

O candidato promete à população desde favores pessoais, incluindo empregos, vagas em hospitais e escolas, até reivindicações coletivas, como doação ou desapropriação de terrenos e material para construção, posto de saúde, eletricidade, água... Estes favores são cumpridos, dependendo da maior ou menor influência do político, numa corrente que liga o político municipal ao legislativo e executivo estaduais e ao legislativo e executivos federais, desde o vereador ou prefeito, ao deputado da área e chefe político mais longínquo, como o senador. São as verbas dos vários programas de ajuda e desenvolvimento e até mesmo as rotineiras, de contratação das diversas secretarias de Estado e de órgãos federais, que poderão vir a ser manipulados. O sistema de favor engloba assim até mesmo a indicação de como juntar documentos para conseguir acesso a direitos adquiridos como aposentadoria, empréstimos bancários, etc...

Dessa forma, impede-se a possibilidade da construção da idéia de cidadania na consciência do trabalhador, à medida que, como lembra Eli Diniz:

**“o atendimento às necessidades básicas em termos de serviços públicos não é encarado como um direito e uma prerrogativa de cidadania. Ao contrário, trata-se de uma concessão a quem tem maior poder de barganha e como tal é percebido pelos participantes do processo” (14).**

Nas eleições de 82, queixaram-se os políticos porque os eleitores estavam mais exigentes, não se contentando com promessas. E barganhavam seu voto através do atendimento a necessidades concretas e imediatas, face à extrema precariedade em que vivem.

Entretanto, nas áreas de conflito, se essa “questão urbana” não deixa de ser relevante, e a compra de voto tenha acontecido, o exemplo da luta pela terra cria, para o camponês, uma outra possibilidade de se afirmar enquanto cidadão. Pois, ela toca na questão fundamental que vai lhe permitir uma verdadeira autonomia econômica e política, não interessando, neste momento, se sua solução é possível, enquanto viabilidade em termos econômicos.

Desse modo, é significativo que, em Sapé e Areia, nas eleições de 82, o PMDB tenha ganho, manipulando exatamente com a política clientelista, inaugurando uma nova forma de fazer política, reeditando o velho hábito dos “acordos”, agora levando em consideração esse novo eleitor — o proletariado rural.

Entretanto, em Alhandra e Conde, área de conflitos de terra da atualidade, houve um aumento do eleitorado, resultante de uma orientação política do sindicato. E, exatamente nestes municípios, houve uma alta percentagem de votos nulos e em branco e o PMDB perdeu a prefeitura, demonstrando que os eleitores se recusavam a aceitar a opção peemedebista que significava negar um avanço na direção da cidadania, conseguido na luta pela terra. Da mesma forma, esta cidadania é reafirmada, ao elegerem para vereador, pelo PMDB, o presidente do sindicato, liderança da luta, candidato extremamente próximo de suas reivindicações (16).

Se o processo de reformulação partidária dividiu a oposição, isto não parece ter concorrido para ampliar o espaço de manobra do Governo, à medida que o PT não constituiu uma alternativa real, entre outras razões, por causa da fragilidade de sua estruturação como partido e devido à dificuldade de transmitir, com sucesso, sua imagem de “partido dos pobres” para um eleitorado que não percebe como um “desposuído” poderia sobreviver no jogo político que envolve interesses que tendem a monopolizar recursos.

Concluindo, o partido de oposição, paradoxalmente, perde nos municípios onde o nível de consciência é mais alto devido à luta pela terra. A derrota significa uma falta de opção do eleitorado que, não tendo onde colocar sua insatisfação e a negação do regime então vigente, não legitima o PMDB como veiculador desta oposição que reafirmaria, em nível político, sua aspiração à ampliação da cidadania.

Assim, se a simultaneidade das eleições em todos os níveis, federal, estadual e municipal, aliada à vinculação do voto, municipalizou o pleito (16), não havia, por parte do PMDB, uma imagem que permitisse que, nestas condições, o voto plebiscitário pudesse exprimir os temas que são as questões fundamentais, em nível municipal, em virtude mesmo da opção por não os enfrentar.

Resta verificar se a hipótese aqui desenvolvida tem consistência, por exemplo, tentando levantar a relação entre movimento social e voto em Pernambuco, onde, tradicionalmente, alguns candidatos oposicionistas vencem, justamente nas áreas de ocorrência de greves. Como se colocam estes candidatos? Que bandeiras de luta levam-

tam? As respostas a estas questões, com uma pesquisa sobre o significado do voto entre os assalariados, permitirão maior clareza sobre o assunto.

## NOTAS

1. Os resultados dessas investigações são analisadas, respectivamente por Bolívar Lamounier e Fernando Henrique Cardoso em OS PARTIDOS POLÍTICOS E AS ELEIÇÕES NO BRASIL (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975); Fábio Wanderley Reis (org.) em OS PARTIDOS E O REGIME: A LÓGICA DO PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO (São Paulo, Símbolo, 1978); Bolívar Lamounier (org.) VOTO DE DESCONFIANÇA: ELEIÇÕES E MUDANÇAS POLÍTICAS NO BRASIL 1970-1979 (Petrópolis, Vozes, 1980).
2. Ver SÓUZA, Amaury de — As eleições e a abertura política: as pesquisas eleitorais na década de 70. In: SOARES, Ricardo Prata e outros. ESTADO, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E DEMOCRACIA. Brasília, CNPq, São Paulo, ANPOCS. 1985. Ciências Sociais Hoje, 3.
3. Ver sobre movimentos pré-políticos: HOBBSBAWN, Eric — REBELDES PRIMITIVOS. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
4. Ver sobre os conflitos de terra na Paraíba: CANTALICE, Dulce Maria Barbosa — CAPITAL, ESTADO E CONFLITO — QUESTIONANDO ALAGAMAR. Tese de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba. Mestrado em Economia Rural. Campina Grande, 1984. NOVAES, José Roberto. Margarida Alves: uma líder sindical. In: Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Campinas. 5, set/out. 1983. CONTAG — As lutas camponesas no Brasil. Ed. Marco Zero. 1980.
5. A pesquisa foi realizada nas pontas de rua de 3 municípios do Brejo Paraibano durante e depois do período eleitoral de 1982. Os municípios são Areia, Alagoa Nova e Pilões, áreas de expansão canavieira. Foram realizadas 70 entrevistas semi-estruturadas com trabalhadores da cana sobre suas condições de vida e as expectativas da eleição. Foram entrevistados também os novos prefeitos eleitos, presidentes de sindicato, de cooperativa e outras lideranças locais. Para maiores detalhes ver: POTENGY, Gisélia F. — LES PLANS DE MODERNISATION DE LA PRODUCTION DE LA CANNE A SUCRE ET LEURS REPERCUSSIONS SOCIALES ET POLITIQUES DANS LE NORDESTE DU BRESIL: Le cas du Brejo Paraibane. Doutorado em 3.º Ciclo. Universidade de Paris X. Nanterre. 1984.
6. A pesquisa do NDHIR foi coordenada por Maria Antonia Alonso de Andrade, a quem agradecemos por nos ter cedido o material antes da publicação. A pesquisa foi realizada durante as eleições de 1982 e incluiu a elaboração de monografias sobre vários municípios da Paraíba, entre eles Conde, Alhandra e Sapé. Utilizamos dados e interpretações dessas monografias e problematizamos algumas de suas conclusões. Agradecemos a seus autores pelo caminho aberto.
7. Pelo menos até 1984, quando se dá a 1.ª greve dos canavieiros na Paraíba, envolvendo 34 municípios do Estado.

8. Ver CONTAG/FETAG – Os trabalhadores rurais e as eleições de 82. Documento.
9. SILVA, Carlos Antonio de Andrade e outros; - A Fome não tem Partido. Algumas considerações em torno das eleições de 82 nos municípios de Alhandra e Conde. UFPb/NDHIR. Relatório de Pesquisa. 1984 – Datilografado. p. 30.
10. Como p. ex. Marcus Odilon Ribeiro Coutinho.
11. SOUZA, Amaury. op. cit. p. 225.
12. Em 1980, segundo dados do Censo Agropecuário, 51,3% da área total (18.376 ha) eram ocupados por 20 estabelecimentos na faixa de 500 a 2.000 ha, que representavam 1,2% do número total. Na faixa entre 0 e 5 ha, encontram-se 1.241 estabelecimentos, representando 73,3% no número total e ocupando 5,5% da área total (1.584 ha).
13. Ver ANDRADE, Paulo Mesquita de. A Urbanização desloca o Centro do Poder Político. UFPb/NDHIR. Relatório de Pesquisa. 1984. Datilografado.
14. DINIZ, Eli – Máquina Política: O Caso do Estado do Rio de Janeiro. In: SOARES, Ricardo Prata e outros – Estado, Participação Política e Democracia. Brasília, CNPq, São Paulo: ANPOCS, 1985. Ciências Sociais Hoje, 3.
15. Esses dados foram retirados de SILVA, Carlos Antonio de Andrade e outros. op. cit.
16. Cf. argumentos de ANDRADE, Maria Antonia Aionso de – Clientelismo e Máquina Estatal nas Eleições de 1982. João Pessoa, UFPb/NDHIR. 1984. Mimeo.



## VALOR DE ESCRAVOS EM CAMPINA GRANDE

*Josemir Camilo de Melo*

A região, hoje polarizada por Campina Grande, denominada de Compartimento da Borborema, teve sua formação econômico-social através do trabalho escravo aplicado à lavoura algodoeira. Paralelamente, desenvolveu-se a pequena produção baseada em produtos de subsistência, quase sempre dentro da técnica do consórcio. A elevação de Campina Grande à cidade em 1864, mostra bem a relação causa-efeito dentro do boom algodoeiro, quando da Guerra da Secessão norte-americana. Mas, até que ponto a produção algodoeira foi uma produção familiar-camponesa, sem o uso do trabalho escravo, ou com baixa utilização de homens negros escravizados?

Que a escravidão foi a relação de produção hegemônica na região, disto não se duvida, mas o que se pretende investigar é até que ponto o algodão pôde reter esta mão-de-obra depois de 1850. Porque, inversamente ao crescente surto algodoeiro, vai diminuindo o número de homens escravizados na cidade. Provavelmente ocorrera uma troca de técnica agrícola, passando a produção latifundista/monocultura para a latifundista/consorciada e minifundista, consorciada ou não.

Outro aspecto que gostaríamos de investigar diz respeito a alguns movimentos sociais que explodiram exatamente após 1850, como o Ronco da Abelha (1852), o Levante dos Escravos (1873) e os Quebra-Quilos (1874) em que a participação de negros livres e escravos foi patente. Inclusive há quem afirme que um dos líderes dos Quebra-Quilos, João (Carga d'Água) Vieira, de "pele azeitonada" teria também participado do Ronco da Abelha. Provavelmente não teria participado do Levante de Escravos de 1873, uma vez que, além do ofício de transportador de água e de tropeiro, João Vieira era capitão-do-mato (1).

Outro elemento a que se deve buscar origem (e desenvolvimento) é a existência de várias comunidades negras (algumas tidas nominalmente como Quilombos) nas faldas da Serra da Borborema, como o Quilombo de Pedra D'água e a Caiana dos Crioulos no trecho que vai de Ingá a Serra Redonda e Juarez Távora. Que ligação teriam estas comunidades com o Ronco da Abelha ou com o quilombo do Espírito Santo, em 1851 (2).

Quando estourou o Ronco da Abelha, a vila de Campina Grande e seus arredores possuíam cerca de 3.446 trabalhadores escravos, quase 20% da população local. Isto representava 12% da população escravizada da Paraíba, o maior índice, por sinal, fora da Capital. Foram esta população negra e os mestiços que, juntos, se opuseram aos decretos 797 e 798, que instituíam o Censo Geral do Império e a obrigatoriedade do registro de nascimento e óbito (3).

A Paraíba estivera convulsionada com a Praieira em 1848, deixando um rastro de vinditas e perseguições, no entanto, não concordamos com Hamilton Monteiro, quando tenta ligar o Ronco da Abelha a grupos remanescentes de praieiros. Aqueles decretos foram tidos pelo povo mestiço e escravo como a "lei do cativo", que associavam provavelmente ao fim do tráfico, seja porque a autoridade responsável pelo registro deveria ser um Juiz de Paz (4). Livros de registro rasgados, ameaças, gente reunida em praças e ruas bravejando contra tais arbitrariedades, como entendiam, levaram a suspensão de tais decretos.

O cronista campinense Epaminondas Câmara assim descreve o levante: "... irrompeu a rebelião popular da serra do Bodopitá, denominada "Ronco da Abelha". É que

uma multidão de moradores de Catuama, Surrão e doutros pontos serranos, cansadíssimos das promessas vãs do Governo e dos abusos do Poder, não toleraram o "absurdo" do registro de nascimento e óbitos, cujo regulamento (18 de julho de 1851) entrava em vigor. A mentalidade primitiva dessa gente, que só confiava nos vigários e tinha sobrada razão para isto, não compreendia porque se lançasse nos livros públicos o nome dos seus filhinhos. Ou o governo queria escravizar o resto da população (...) E os caboclos da serra rebelaram-se a 16 de fevereiro de 1852, cometendo depredações nas casas das autoridades. Invadiram a vila do Imperador (Ingá) e se espalharam pelos municípios de Campina, Alagoa Nova, Areia e povoações de Alagoa Grande e Araruna". (5).

A população escrava daquelas localidades andaria por volta de 4.000 trabalhadores que, somada à de Campina, andaria por 8.000. Mas, presume-se que a participação de escravos não tenha correspondido a esta totalidade pois, como decorrência da repressão jurídica, seus filhos eram automaticamente escravos. A lei de 7 de novembro de 1831 era letra morta, tanto que, em 1868, há um registro de venda de um africano (6).

A população paraibana, no entanto, não permaneceu estável ou cresceu. Pelo contrário, a febre amarela, em 1852 deve ter feito dos seus estragos, ainda não nominados, quanto o fez o surto de cólera-morbo de 1856. Desta feita, a Paraíba perdera cerca de 10% de sua população, algo em torno de 20.703 habitantes, até seu último ano em 1862. Campina Grande, por sua vez, perdera 1.547 no pique do surto e 318 pessoas em 1862. Narra Irineu Joffily que esta calamidade extinguiu "o tráfico de negros para a escravidão" e que a respeito do cólera-morbo, Campina teria perdido 152 escravos, enquanto que o total da Província foi de 2.982 (7). Apesar de ser só 5%, os valores caíram a partir do cólera, ficando em Campina um tanto defasado da média nacional e até da provincial. Veja-se a seguir.

## TABELA I

### VALORES DE ESCRAVOS EM CAMPINA (1866/8) (Em mil réis)

| Idade       | Sexo      |          | Média por grupo de idade |
|-------------|-----------|----------|--------------------------|
|             | Masculino | Feminino |                          |
| 0 a 15 anos | 645       | 498      | 571                      |
| 16 a 25     | 1:125     | 1:042    | 1:083                    |
| 26 a 35     | 667       | 669      | 668                      |
| 36 a 45     | 467       | 800      | 634                      |
| 46 e mais   | 861       | 450      | 656                      |

Fonte: Livro de Escrituras. Escravos. VI, 1866 a 1875. 1.º Cartório de Offício de Campina Grande

Nossa média perfaria algo em torno de 722 mil réis, enquanto que a média nacional daquela década estaria em 1:765 mil réis, tomando-se as idades de 15 a 29 como limites. A média, dos anos 1850, teria sido de 1:325 mil réis, o que mostra um crescimento, nacional, do valor da mão-de-obra escrava, relacionada com a renovação do

estoque interno. No entanto, mesmo se levando em conta o valor provincial, Campina estava aquém. Tomando-se uma idade média de 33 anos, teríamos o valor, em inventários, de 1:200 mil réis, para os anos de 1860 (8).

Estes valores não estavam longe da média de 17 escravos inventariados, na cidade, em 1872, o que representava 622 mil réis. Valores nem sempre absolutos, pois se revelavam também como partes, como a herança deixada pelo Coronel José Francisco da Costa Agra e sua viúva. Tratava-se de "uma banda" da escrava Sebastiana, no valor de 50 mil réis. Ou então, como a trabalhadora escravizada, Roza, de 19 anos que foi vendida por "82 braças de terra e mil de fundo". Crianças de dois anos valiam 200 mil réis (em 1872), enquanto que, em 1868, duas de 16 meses teriam valido 300 mil réis, cada (9).

Pode-se medir, ainda, o valor com relação à idade, sexo e procedência, principalmente no declínio do boom algodoeiro. Num contingente estudado, de 65 escravos, entre 1867 e 1868, cerca de 69% eram da própria cidade e valiam em média 711\$500. Os de fora perfazem 26% e são mais caros, valendo 807\$000. Provêm de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. Ainda, quanto à procedência, há um "africano de nação" em Campina, que foi vendido por 1:150\$000.

TABELA II

ESCRAVOS EM CAMPINA: LOCAL, SEXO E VALOR  
(1867/8)

| Procedência        | Masculino |            | Feminino  |            | Média        |
|--------------------|-----------|------------|-----------|------------|--------------|
|                    | N.º       | mil réis   | N.º       | mil réis   |              |
| Campina Grande     | 15        | 707 *      | 30        | 716        | 711.5        |
| Outras cidades     | 1         | 933        | 1         | 1:250      | 1:091.5      |
| Pi, Ce, Rn e Pe    | 7         | 593        | 7         | 1:021      | 807.0        |
| Africano           | 1         | 1:150      | —         | —          | 1:150.0      |
| S/identificação    | 2         | 970        | 1         | 500        | 735.0        |
| <b>TOTAL/MÉDIA</b> | <b>26</b> | <b>871</b> | <b>39</b> | <b>872</b> | <b>871.5</b> |

Fonte: Livro de Escrituras. Escravos. VI, 1866 a 1875. Cartório do 1.º Ofício de Campina Grande

\* Média.

Em 1872, Campina Grande tinha 1.105 escravos, equivalente a 8% de sua população. Quanto ao total da população escrava da Paraíba, Campina ocupava o sexto lugar, com 5,1%. Vinha depois da Capital, de Guarabira, Areia, Bananeiras e Souza. Isto demonstra que o algodão não utilizava o braço escravo. Na relação entre população escrava e não escrava, Campina decrescera do primeiro lugar em 1851 (com 3.446 escravos) para o décimo lugar, quando do censo de 1872. No entanto, o número de proprietários de terra passara de 87 (em 1840-1852) para 394 (em 1854-1888), mas o maior contingente continuava a ser de terras para agricultura e criação, juntas. Há que levar em conta, também que entre 1861 e 1888, os cultivadores de algodão sem ter-

sas próprias representavam 91%. A população de mulatos e pretos livres representavam 49,3% de todos os livres. No contexto geral, os ainda escravos perfaziam 16% de toda a negritude local (10).

A redução do número de escravos deve também ser atribuída ao desmembramento do município de Campina Grande. Em 1850, criou-se o de Alagoa Nova, que ficou com as terras mais férteis de Campina, caindo assim o número de engenhos campinenses para apenas seis. Em 1861, há informações de dois engenhos trabalhando com 41% de mão-de-obra escrava. Em ambos, havia mais trabalhadores livres e a média de escravos por engenho era de 12, levando-se em conta tratar-se de engenhos rapadureiros (11). A emancipação de São João do Cariri, Ingá e Cabaceiras, bem como Alagoa Nova pode ter tirado a mão-de-obra escrava de Campina, mas deve ter sido em pouca monta, uma vez que, daqueles municípios, apenas o de Ingá dobrou sua população escrava em 89%. Os outros três perderam escravos entre 21,3% (Cabaceiras) e 59% (Alagoa Nova). Trata-se-ia, pois, de exportação de trabalhadores e, talvez, de fornecimento de escravos para a guerra do Paraguai. Faltam pesquisas. Talvez estas quedas estejam incluídas na exportação de escravos, que, entre 1856 e 1881, teria levado 656 deles para o Sul (12).

O caráter de exportação parece ser confirmado pela cidade de Areia, que, entre 1851 e 1884, tivera sua população escrava diminuída em 48% (960 escravos), quando alforriou apenas 331, o que daria uma média de 19 escravos vendidos e/ou falecidos, por ano. Quanto às alforrias de Areia, 37% daquelas foram compradas ou dadas sob condições que iam desde serviços diretos a trabalhar até a morte. Isto desmistifica em parte, a precocidade da abolição, lá. Pelo Fundo de Emancipação, no período de 1875/86, Areia só alforriou 64 escravos e Campina, apenas 52, num total de 783 em toda a Província (13).

O número de negros e descendentes livres, em 1872, era de 6.910, com ligeira supremacia de mulheres. Deve ter sido desta massa de despossuídos que fluíram elementos para o movimento dos Quebra-Quilos e, antes, de um levante de escravos, de onde teriam saído aqueles que, processados em 1873, destruíram documentos cartoriais em 1874. Destes mulatos livres faziam parte os João Carga d'Água, pai e filho, sendo aquele processado por ter liderado os Quebra-Quilos. Um autor levanta a idéia de que o velho João Vieira da Silva teria participado do Ronco da Abelha (14).

Um João Carga d'Água nascido perto de Pocinhos, Pb, lá pelos fins da década de 1820, segundo o Almanach de Campina Grande, de 1933, teria participado do Ronco da Abelha. Quanto ao Levante dos Escravos de 1873, diz Pedro Baptista, naquele Almanach, que João Vieira teria liderado o movimento, o que parece inverossímil, por ele não ser escravo. Além do mais, ele ou o filho, homônimo, "famoso vaqueiro", era capitão-do-mato (15).

O Levante dos 80 escravos resultou na prisão de seus donos, principalmente do Coronel Alexandrino Cavalcanti, que passara dois dias escondido, com medo de represália, pois era proprietário, este pernambucano, de 40 escravos. Outro proprietário, Baltazar Luna foi preso e teve que caminhar três léguas a pé. Outros, como Bento Luna e José Barreto, além de outros proprietários, sofreram vexames. Os negros gritavam "viva a liberdade". Esta massa era composta de negros cambindas, minas, angolas e cariris remanescentes, segundo aquele autor (16).

Esta rebelião teria sido aplacada por uma estratégia contraditória. O delegado mandara buscar em Fagundes, Neco Barros que, à frente de 20 "cangaceiros", ocupou Campina e "restabeleceu a paz". Um ano depois, o cangaceiro Neco Barros se juntou

aos Quebra-Quilos na tentativa de destruir cartórios, por onde correria processo contra ele e seu grupo (17).

Em 1874, estourou na feira de Campina Grande, em novembro, a rebeldia dos camponeses contra a aplicação do Sistema Métrico Decimal. Eles teriam descido da Serra de Bodopitá, atingindo a feira de Fagundes. O movimento se espalhou na Paraíba, indo até o Rio Grande do Norte. Tratava-se aqui de uma contradição aguçada entre as forças produtivas e o avanço das técnicas mercadológicas, a que o Brasil teria de se submeter na produção para o capitalismo.

Estes três movimentos podem indicar a existência de uma massa camponesa, na faixa do Agreste da Borborema, sem descer para os latifúndios canavieiros, nem subir para os sertões criatórios. No caso específico de Campina Grande, é necessário notar o andamento do "travessão" agrícola, cuja polêmica se arrastava desde 1835, quando se proibiu criar gado solto, até os anos 1870. A lavoura (principalmente "roça" — mandioca —) teria subido a serra e passado do centro da Vila, atingindo o agreste, onde as fazendas de gado davam lugar às casas de farinha. O travessão que antes dividia as terras de criar e plantar por entre Fagundes e Campina avançou até ao Açude Velho, dentro de Campina, mas, na prática, os agricultores foram ultrapassando e se apossando até do Vale do Cariri. Ao Norte, a fronteira agrícola também subiu até aos limites de Alagoa Nova (18).

Tratar-se-ia de uma população camponesa, de pequenos produtores, sem o esmagamento das oligarquias canavieiras. Tais movimentos, então, seriam espontâneas reações à profunda marginalização sócio-econômico-cultural a que estavam relegados os "matutos".

De fato, a aplicação do Sistema Métrico Decimal, de origem francesa, era um imperativo para a modernização, dentro do liberalismo capitalista de então. O Império já havia adotado o padrão-ouro internacional, aberto o rio Amazonas à navegação internacional, acabado o tráfico de africanos, criado o mercado de terras, com a Lei de 1850 e naquele momento, necessitava, sob pressão, adequar seu sistema de pesos e medidas à ordem internacional, se quisesse continuar competindo. O sistema medieval de vara, côvado, braca, alqueire, quadra, palmo, etc. era incompatível com a racionalidade capitalista (19).

A liderança do Quebra-Quilos através de João Carga d'Água vem confirmar a participação da massa negra naquele movimento, pois o líder era um mulato livre, tinha "a pele azeitonada", era um "negro azeitona", bem como sua descendência. Seu quartel-general era em Pocinhos, ao noroeste de Campina Grande, para evitar um assalto às reservas do grupo lá na Serra do Bodopitá, além do que era uma posição estratégica para se invadir o Brejo paraibano, ou penetrar no sertão. Dito desta maneira, o movimento parece ter tido uma coordenação e não seria espontâneo. Assim pensa Pedro Baptista. Talvez, o sentido de organização tenha nascido depois dos primeiros ataques, quando o Carga d'Água velho consegue escapar, depois de ter ferido um Capitão com uma pedrada. Posteriormente, foi preso e submetido a torturas. Em maio de 1876, o mulato Alexandre de Viveiros, que teria atacado os cartórios e cadeia junto com o cangaceiro Neco de Barros, conseguiu com mais dez companheiros, arrombar a cadeia de Campina e fugir. No que foi imitado dias depois pelos 16 sentenciados, entre eles João Carga d'Água. Viveiros era também mulato e além de seus amigos, foram libertados alguns escravos (20).

No entanto, há uma contradição, pois segundo informações, João Carga d'Água teria sido remetido, encourado com o célebre colete de couro do Capitão Loriquinho,

para a Capital e daí para Fernando de Noronha. Viria a ser indultado pela República, morrendo aos noventa anos, em Campina, na primeira década deste século.

Alguns autores se referem ao Levante dos Escravos, não como tendo sido em 1873 e sim interligado aos Quebra-Quillos. Em sua visão elitista, Elpídio de Almeida chega a exagerar ao dizer que foram quase 400 escravos, os participantes. Depois cita depoimentos, onde eles não passam de trinta ou quarenta. Teriam ido a uma propriedade, onde se achava o Presidente do Conselho Municipal, a fim de pedirem o livro do Fundo de Emancipação, exigindo sua liberdade. Trouxeram as autoridades e patrões vigiados por escravos armados. Nove ou dez deles eram propriedades do pernambucano Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque. Mas, na cidade foram dissuadidos pelo Vigário Calixto da Nóbrega, além de terem sido informados que fazendeiros vinham em seu encalço com capangas. Fugiram do local, mas a vingança viria depois sobre qualquer coisa que um escravo fizesse, pois o Juiz da cidade era tiranicamente escravagista. Penas de 300, 600 açoites e até morte na tortura começaram a ocorrer (21).

A população escrava campinense andaria, em 1874, em torno de 1.156 escravos, computando-se 1.105 do censo de 1872 e a matrícula de 1876, que apontava 1.206. A partir daí, iria começar a bolsa de negócios em que se tornou o famigerado Fundo de Emancipação. O número de latifundiários que possuíam, em 1876, acima de 10 escravos representava tão somente 24% (19 deles), sendo o que tinha mais capital empata-do, era o referido oligarca Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque, com 44 trabalhadores escravizados (22).

As alforrias tornaram-se um alívio para os latifundiários, levando-se em consideração que, desde 1871, não havia mais a reprodução de escravos. A seca de 1877 deve ter obrigado os proprietários a se desfazerem de seus bens, talvez baixando o valor do escravo, vendendo-o para o Sul. Até 1874, 46% da população escrava estava na agricultura, 30% não tinha profissão, enquanto 22% se dividiam entre artesãos e domésticos. Isto, na Paraíba, numa população de 26.025 escravos, que correspondia a apenas 13% da população escravizada no país (23).

Em 1880, segundo Elpídio de Almeida, Campina Grande teria 1.130 escravos, o que implicava num aumento nada significativo sobre os números do primeiro Censo, que acusara 1.105 e já abaixo da matrícula de 1876. A considerar a alforria pelo Fundo de Emancipação, o resultado teria sido frustrante, implicando numa média aproximada de 8 pessoas por ano, enquanto que as alforrias "humanitárias" possuíam um caráter altamente explorador da jornada de trabalho. Umas, como se fora recompensa, por ter trabalhado forçado cerca de 30 anos e ter deixado para o patrão dez filhos, além de ter recebido 400\$000 como parte da alforria, preço de uma compra em 1842. Ou ainda, outro latifundiário que, em 1876, alforriou um casal na condição de estar "em nosso poder prestando os mesmos serviços como dantes" (24).

A população escrava campinense caíra 68% entre 1851 e 1872 e 17% entre 1872 e 1884, totalizando uma baixa de 73,5%. Enquanto que a Capital teria aumentado em quase cem por cento, no primeiro período e declinado em 32%, entre o Censo e 1884. Esta relação tem que ser avaliada dentro da perspectiva do reagrupamento das vilas e povoações periféricas à Capital, que ora são computadas nesta, ora avulsas. Por outro lado, o fato de ser Capital não deve ter tido muita influência, pois dos cinco municípios que concentraram mão-de-obra, a Capital vem em segundo lugar depois de Ingá e apenas na frente, um dígito, de São João do Cariri (55%, 30% e 29%, respectivamente) no período 1851/84. Os dois restantes estavam no sertão: Pombal (12%) e Piancó (2%). Vale ressaltar que todos estes apresentaram uma queda, entre 1851 e 1872,

exceção da Capital. Enquanto isto, Campina Grande e Areia decresceram gradativamente em 73% e 48%, naqueles 31 anos <sup>(24)</sup>.

## NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) Depoimento de Dona Maria Vieira, neta de João Carga d'Água ao Autor; Camilo, Josemir, História do Negro em Campina. Jornal da Paraíba, 5/2/1988; Ver também Josemir Camilo "João Carga d'Água e Os Quebra-Quilos", Jornal da Paraíba, 11/10/87; "Maria Vieira: Meu Avô tinha um instinto animalesco". In: Gazeta do Sertão, Edição Histórica, 13/5/88..
- 2) Pinto, Irineu Ferreira. Datas e Notas para a História da Parahyba, V. 2, p. 204.
- 3) Monteiro, Hamilton de Mattos. Nordeste Insurgente (1850-1890), pp. 33 a 45; Pinto, op. cit. pp. 207 e 210 a 214; ver ainda Elpidio de Almeida, História de Campina Grande, p. 204.
- 4) Camilo, Josemir. "Quilombo em Pernambuco no Século XIX. Revista do Arquivo Público (de Pernambuco), V. 31-32, N.º 33-34, Recife, 1977-1978, p. 24.
- 5) Câmara Epaminondas. Alicerces de Campina Grande, p. 44; GIJ (Joffily, Geraldo Irineo), Um Cronista do Sertão no Século Passado, pp. 38 e 40.
- 6) Livro de Escripturas. Escravos. XI, 1866-1875. Cartório do 1.º Ofício de Campina Grande.
- 7) GIJ, op. cit. p. 24; Camilo, Josemir. Os Tempos da Cólera, Jornal da Paraíba, 16/10/87; Pinto, op. cit. p. 248; Almeida, Elpidio, op. cit. pp. 204/5; Câmara, Epaminondas, Datas Campinenses, pp. 42/3.
- 8) Livro de Escripturas, op. cit.; Galliza, Diana, O Declínio da Escravidão na Paraíba, pp. 112/2.
- 9) Inventário de José Francisco da Costa Agra, 1872, In: Camilo, Josemir, Valor de Escravos em Campina, Gazeta do Sertão, Edição Histórica, 13/5/88. No Livro das Escripturas encontra-se a troca de uma parte da escrava Roza "por 82 braças de terra com mil de fundo".
- 10) Vianna. Marly de Almeida Gomes, Economia Agrária e Técnicas Agrícolas, In: Grão, Ano I, n.º 3, UFPb, Campina Grande, 1985, pp. 25/26; Ver ainda sua tese de mestrado em Economia, "A Estrutura de Distribuição de Terras no Município de Campina Grande, 1840-1905", UFPb, 1985, p. 191.
- 11) Vianna. Economia Agrária e Técnicas Agrícolas, op. cit. p. 30.
- 12) Câmara, Epaminondas. Datas Campinenses, op. cit. pp. 41, 44 e 45; Galiza, op. cit. pp. 114/5.
- 13) Galliza, op. cit. pp. 156, 172 a 174 e 190.

- 14) Vianna. A Estrutura de Distribuição de Terras... op. cit. p. 195; Baptista, Pedro. João Carga d'Água. In: Almanach de Campina Grande de 1933, Apud: Camilo, Josemir. João Carga d'Água e os Quebra-Quilos, op. cit.
- 15) Segundo Dona Maria Vieira, João Carga d'Água teria nascido em 1839, o que inviabiliza a afirmação de Pedro Baptista de que ele teria liderado, ou ao menos participado do Ronco da Abelha (com 13 anos?). Ver Gazeta do Sertão, Edição Histórica, op. cit.
- 16) Baptista, op. cit.; O Coronel Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque construíra um mercado novo em Campina, em 1864. Latifundiário e comerciante, em 1868, comprara 14 escravos. Quando do levante dos Quebra-Quilos, estes se amotinaram em frente ao seu mercado particular e foram reprimidos pela polícia e capangas de Alexandrino. Este latifundiário seria denunciado pela Gazeta do Sertão como usurpador de terras de pobres agricultores. Ver Joffily, Geraldo Irineo, O Quebra-Quilo (A Revolta dos Matutos contra os Doutores) (1874), In: Revista de História, Vol. LIV. N.º 107, Ano XXVI, pp. 105, 107 e 108; Sobre a compra de escravos, ver Livro de Escripturas, op. cit.
- 17) Baptista, op. cit.; Câmara, Epaminondas, Datas Campinenses, pp. 59 a 61.
- 18) Câmara, idem, pp. 39, 58, 62 e 63; Ver também Alicerces de Campina Grande, p. 56; Joffily, Geraldo Irineo, O Quebra-Quilo, op. cit. p. 71
- 19) Souto Maior, Armando. Quebra-Quilos, Lutas Sociais no Outono do Império, p.p. 21 a 54; Palácios, Guillermo. Campesinato e Escravidão: Uma Proposta de Periodização para a História dos Cultivadores Pobres Livres no Nordeste Oriental do Brasil: c. 1700-1875. In: Dados, vol. 30, n.º 3, pp. 325-356; Camilo, Josemir. O Movimento Quebra-Quilos. A União, João Pessoa, 25/11/87.
- 20) Câmara, Datas Campinenses, op. cit. p. 61; GIJ, Um Cronista do Sertão... op. cit. pp. 34/35 a 41; Joffily, Irineo, Notas sobre a Parahyba, p. 187. Joffily comete um deslize ao dizer que o Movimento começou em 1875; Ver ainda Geraldo Irineo Joffily, O Quebra-Quilo, op. cit. pp. 106 a 110; Almeida, Horácio de. Brejo de Areia, pp. 136-146.
- 21) Almeida, Elpídio. História de Campina Grande, pp. 211/213.
- 22) Idem, p. 210.
- 23) British Parliamentary Paper, Vol. LXXV, 1885. Report by Consul Lennon-Hunt on the Trade and Commerce of Rio de Janeiro, for the year 1873.
- 24) Almeida, Elpídio, op. cit. pp. 208/210; Diana Galliza, op. cit. pp. 172 a 174.
- 25) Dados trabalhados a partir de Pinto, op. cit. p. 207; Galliza, op. cit. p. 112/3.



## BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Elpídio de. *História de Campina Grande*, Editora Universitária, UFPb, João Pessoa, 1979.
- Almeida, Horário de. *Brejo de Areia*. Rio de Janeiro, Ministério da Cultura/Serviço de Documentação (1957).
- Câmara, Epaminondas. *Alicerces de Campina Grande*. Campina Grande, Livraria Moderna (1943).
- \_\_\_\_\_. *Datas Campinenses*. João Pessoa, Academia Paraibana de Letras (Departamento de Publicidade), 1947.
- Camilo, Josemir. *História do Negro em Campina*. *Jornal da Paraíba*, Campina Grande, 5/2/1988.
- \_\_\_\_\_. *João Carga d'Água e os Quebra-Quilos*. *Jornal da Paraíba*, 11/19/1987.
- \_\_\_\_\_. *O Movimento Quebra-Quilo*. *A União*, João Pessoa, 25/11/1987.
- \_\_\_\_\_. *Os Tempos da Cólera*. *Jornal da Paraíba*, 16/10/87.
- \_\_\_\_\_. *Quebra-Quilo e os Ingleses*. *Correio da Paraíba*, João Pessoa, 26/8/1986.
- \_\_\_\_\_. *Valor do Escravo em Campina*. *Gazeta do Sertão*, Edição Histórica, Campina Grande, 13/5/1988.
- Galliza, Diana Soares de. *O Declínio da Escravidão na Paraíba (1850-1888)*. Editora Universitária, UFPb, João Pessoa, 1979.
- Joffily, Geraldo Irineo. *O Quebra-Quilo (A Revolta dos Matutos contra os Doutores) (1874)*. In: *Revista de História*, Vol. LIV, n.º 107, Ano XXVII, São Paulo, 1976.
- (\_\_\_\_\_) *GIJ. Um Cronista do Sertão no Século Passado. (Apontamentos à Margem das "Notas sobre a Paraíba" de Irineo Joffily)*. Campina Grande, Prefeitura Municipal/Comissão Cultural do Município, 1965.
- Joffily, Irineo. *Notas sobre a Parahyba*. Rio de Janeiro, Typographia do Jornal do Commercio, 1892.
- Joffily, José. *Entre a Monarquia e a República. Idéias e Lutas de Irineo Joffily*. Rio de Janeiro, Kosmos, 1982.
- Monteiro, Hamilton de Mattos. *Nordeste Insurgente (1850-1890)*. 2.ª Edição, São Paulo, Brasiliense, 1981.
- Palácios, Guillermo. *Campesinato e Escravidão: Uma Proposta de Periodização para a História dos Cultivadores Pobres Livres no Nordeste Oriental do Brasil; C. 1700-1875*. In: *Dados (Revista de Ciências Sociais)*. Vol. 30, n.º 3, 1987, Rio de Janeiro, IUPERJ/Espaço e Tempo, pp. 325-356.
- Pinto, Irineu Ferreira. *Datas e Notas para a História da Paraíba*. Vol. 2, Editora Universitária, UFPb, João Pessoa, 1977.
- Souto Maior, Armando. *Quebra-Quilos. Lutas Sociais no Outono do Império*. São Paulo, Companhia Editora Nacional/MEC, 1978.

Vianna, Marly de Almeida Gomes. Economia Agrária e Técnicas Agrícolas. In: Grão, n.º 3, Ano 1, UFPb, Campina Grande, julho/agosto, 1985, pp. 11-56.

\_\_\_\_\_. A Estrutura de Distribuição de Terras no Município de Campina Grande, 1840-1905. Tese de Mestrado em Economia Rural, UFPb, Campina Grande, 1985.

## DOCUMENTAÇÃO

Almanach de Campina Grande de 1933.

British Parliamentary Paper, Vol. LXXV, 1875. Public Record Office. London.

Inventário post-mortem de José Francisco da Costa Agra, 1872. SDHIR/UFPb, Campina Grande.

Livro de Escripturas. Escravos. XI, 1866-1875. Cartório do 1.º Ofício de Campina Grande.

## JORNAL

Gazeta do Sertão. Edição Histórica. Campina Grande, 13/5/1988.

## A QUESTÃO REGIONAL NO EXEMPLO DE CAMPINA GRANDE

*Jurandir Antonio Xavier*  
(UFPB, DEF, Campina Grande)

Nos momentos historicamente significativos do desenvolvimento econômico de Campina Grande, sob iniciativa privada e/ou estatal, tanto a riqueza continuou sendo reproduzida privadamente, quanto as características perversas das relações sociais continuaram sendo reproduzidas socialmente. Na verdade, de forma ainda mais amplificada nos tempos de crise, de regressão e de estagnação sócio-econômicas. A conjuntura atual, aberta no início da década de oitenta, é uma boa ilustração.

Por isso, toda reflexão sobre o destino nacional, regional ou municipal, só se impõe seriamente, fundada na crítica das relações sociais, políticas ou institucionais, historicamente determinadas, sob as quais se vem sustentando a ampliação, tanto da concentração privada da riqueza, quanto do empobrecimento social da população trabalhadora (aliás, empobrecimento que, aqui, é superior à média nacional). Para proposições socialmente responsáveis, não há outro ponto de partida.

Por conseguinte, não se trata de compor cânticos às fortunas privadas, nem de verter lágrimas à miséria socialmente generalizada. Trata-se de reconhecer, na ampliação das fortunas privadas, a expansão dos infortúnios sociais. Pois, ambos vêm se reproduzindo polarizada, antagônica e amplificadamente. Neste caso, pode-se dizer que Campina Grande se tornou um exemplo de desenvolvimento do subdesenvolvimento, tanto quanto o Nordeste, no Brasil, bem como o Brasil, no mundo industrial.

### Um Dilema Persistente

De um lado, o desenvolvimento econômico tem-se mostrado, tanto profícuo, para os proprietários de riquezas, quanto perverso, para a população trabalhadora. De outro lado, na crise, regressão e estagnação que se sucedem a este desenvolvimento e apesar delas, a riqueza se conserva, amplia e multiplica. E isto só se torna possível em razão do desemprego, da erosão salarial e da perversidade das relações sociais, ainda mais amplificadas. Este não é um dilema teórico, mas, historicamente determinado nesta cidade, região e país.

Reverter tal movimento é um imperativo social. Disto já se sabe. Mas é preciso lembrar que a responsabilidade pelos destinos econômico-sociais, no capitalismo, é dos proprietários das riquezas. Isto, porque é da reconversão produtiva da riqueza privada que se deriva sua reprodução ampliada, tanto sob a expansão da produção, na qual também se dá a ampliação do capital produtivo (de nova riqueza, emprego e salário), quanto sob a expansão dos mercados comerciais, monetários e trabalhistas. E, sem tal reconversão, não ocorre o desenvolvimento, nem econômico, nem social, mas, a crise, a estagnação e a regressão econômico-sociais.

O decisivo é que as responsabilidades e iniciativas dos proprietários privados, de reconversão, reprodução e ampliação de suas próprias riquezas, portanto, suas responsabilidades com o próprio desenvolvimento econômico, pressuposto do social, desde há muito, foram crescentemente sendo repassadas ao Estado. Pressupunha-se que ele, superado o parasitismo capitalista, poderia levar à frente o desenvolvimento econômico (reconversão produtiva), reduzindo a concentração da apropriação privada das novas riquezas (constituídas sob sua propriedade formalmente socializada) e elevando a participação dos salários no produto nacional.

Isso não se verificou. Ao contrário, foram amplificadas ainda mais, tanto a concentração privada da riqueza, elevando-se as rendas da propriedade privada, quanto a pauperização da população trabalhadora, reduzindo-se drasticamente os salários. Ademais, os ritmos da centralização patrimonial assumiram uma dimensão tal que, na abertura da década de oitenta se encontravam, de um lado, o Estado, em bancarrota econômica, financeira e institucional, de outro, os trabalhadores, socialmente exauridos. Circunstâncias que se agravaram ainda mais no decorrer dos anos oitenta. No Brasil, no Nordeste e, particularmente, em Campina Grande.

### Um Caso Exemplar

Tais circunstâncias historicamente determinadas apresentaram-se claramente em Campina Grande, como nos principais centros urbanos do país. Com efeito, esta cidade, tanto quanto o Brasil, experimentou dois nítidos ciclos de desenvolvimento econômico no presente século.

Primeiramente, a expansão, auge e crise do ciclo regional agro-exportador. Nele, preponderantemente sob ação dos agentes econômico-sociais da região, foram constituídas as riquezas regionais e, por elas induzidos, os centros urbanos expandiram-se industrial, comercial e institucionalmente.

Em segundo lugar, a expansão, o auge e a crise do ciclo estatal-industrial na região. Nele, sob ação industrializante estatal-federativa ou sob métodos intervencionistas, característicos do Estado na regulação dos ciclos econômicos (monetários, creditícios, fiscais ou formalmente socializantes da propriedade produtiva), as riquezas regionais foram sendo centralizadas e, então, reconcentradas no desenvolvimento industrial da região Sudeste.

Da reconcentração industrial dos capitais naquela região, desencadeada sob o Estado Novo varguista, emergiu, no Nordeste, a crise do ciclo regional agro-exportador, a descapitalização da região, a migração, a regressão e a estagnação de sua economia, constituindo a já clássica "questão regional" que Celso Furtado, entre outros, apontou exhaustivamente. Campina Grande é também ilustrativa desse movimento.

Com efeito, aqui, o primeiro ciclo, o regional agro-exportador, apresentou-se com a instalação do tronco ferroviário (1906), expandiu-se com a produção e comercialização do algodão e retraiu-se fortemente sob o Estado Novo, instalado em 1937. Estas atividades econômicas e, por elas induzidas, a significativa industrialização (a exemplo, prensagem, têxtil, sacaria, vestuário, óleo comestível, metal mecânica) bem como a urbanização e expansão dos serviços, sem dúvida, transformaram Campina Grande num centro fabril regional, nacional e mesmo internacional, de um lado, de reprodução ampliada de riqueza (produção, comercialização e capitalização, portanto, enriquecimento); de outro, de emprego não ou mal remunerado, portanto, de empobrecimento do trabalho. Por conseguinte, tornaram Campina Grande um núcleo de centralização de novas riquezas na propriedade privada. Mas, também, de pauperização social.

A fase ascendente desse ciclo de desenvolvimento econômico só é razoavelmente explicada, caso se combinem múltiplas variáveis, entre outras, a qualidade do algodão, as técnicas produtivas e a economicidade da produção. Ademais, deve-se ter em conta que aquelas atividades foram manifestações de fenômenos significativamente singulares na história da riqueza deste país. Fato ímpar, tais atividades resultaram preponderantemente de comportamentos de empresários que, àquela época, multiplicaram suas

**riquezas, reconvertendo-as, parcialmente, de maneira produtiva na própria região.**

**Tal situação inverteu-se na crise, declínio e estagnação desse ciclo, pois, então, o capitalista ficou desobrigado de reinvestir produtivamente, na própria região, suas preciosas riquezas, privadamente acumuladas. Sobretudo, quando, no Sudeste, com a industrialização marchando a todo vapor, floresciam novas oportunidades de multiplicação das riquezas. Migraram os capitais. Também a força de trabalho. E, só tardiamente, Campina Grande veio timidamente, ademais, sob condução estatal (SUDENE), a sair parcialmente da estagnação.**

**O segundo ciclo do desenvolvimento econômico, o estatal-federativo-industrial, aqui se apresentou na década de 60, atingindo seu auge no final dos anos setenta e em crise deste a abertura da década de oitenta. Característicos deste ciclo, no Nordeste, são, a exemplo, a SUDENE, o Banco do Nordeste ou a CHESF, e, em Campina Grande, seu Distrito Industrial. Neste ciclo, a reconversão produtiva de capital só ocorreu significativamente sob estatização da propriedade produtiva (então, estatização direta também da produção e das vendas), dos créditos (tornando-os gratuitos, subsidiando, portanto, a formação dos patrimônios privados) e das compras (então, subsidiando também a rentabilidade da riqueza em circulação).**

**Nesse ciclo, ao contrário do que acontecia no anterior, as atividades econômicas induzidas não emergiram da iniciativa nem da reconversão produtiva de riqueza privada, mas, a exemplo das indutoras, também emergiram estatizadas, subsidiadas ou financiadas pela Federação, Estado ou Município. A formação patrimonial privada ocorreu então, desapropriando-se o Estado, amplificando seus déficits e promovendo sua quebra. Com isto, foi interrompido o próprio ciclo de desenvolvimento econômico, pois, na ausência da reconversão produtiva do Estado, os capitais não vieram em seu socorro, mas, passaram a impor elevadíssimas taxas de juros. Por isso mesmo, as riquezas privadas multiplicaram-se tanto quanto quebraram o Estado e exauriram a força de trabalho.**

**À semelhança do Brasil (SUDENE) em relação aos países industriais nos quais se deu a industrialização de primeira geração, a industrialização do Nordeste também ocorreu defasada, em relação à do Sudeste. Este ciclo de reconversão produtiva e de geração de novas riquezas, que vinha se concentrando no Sudeste desde finais dos anos trinta, aqui se apresentou três décadas após seus primeiros movimentos decisivos naquela região.**

**Isso ocorreu não porque houvesse emergido nesta região, qualquer supremacia econômico-tecnológica que atraísse então nova riqueza para ser aqui multiplicada. Ao contrário, o segundo ciclo de reconversão apresentou-se no quadro de agravamento da crise, não somente da própria industrialização do Sudeste, mas, também, da economia nordestina, que jazia estagnada, pauperizada e subdesenvolvida industrialmente.**

**Por isso, o novo ciclo de reconversão produtiva de capital na região, entre outras razões, fundamentou-se preponderantemente, de um lado, na reação formalmente social do Estado ao agravamento da crise econômico-industrial, nacional e regional, de outro, na sincronização, com o novo período de recuperação da economia nacional-industrial, do mercado nordestino, tornando-o cativo ao escoamento da superprodução da região Sudeste. Isto representou elevação da desapropriação de rendas, aqui geradas ou transferidas pelo Estado; de desapropriação regional e da pauperização social da população trabalhadora. Ainda mais significativas que à época precedente.**

## Regressão

Sem dúvida, em ambos os ciclos, foram aqui ampliados e também constituídos vultosos patrimônios privados. No primeiro ciclo, além das rendas extras centralizadas (privadas e estatais), conformaram esses patrimônios, preponderantemente, os lucros agrários, industriais e comerciais os quais, reconvertidos parcial, mas produtivamente, expandiram novamente os lucros, o emprego e a massa salarial que, ademais, àquela época, era gasta no consumo de outras mercadorias, aqui também produzidas.

No entanto, no segundo ciclo, além da desapropriação de rendas estatais que, aqui transferidas, se tornaram fontes preponderantes da ampliação dos patrimônios privados, as demais fontes do enriquecimento restringiram-se aos lucros comerciais. Eles foram decrescentes, já que o comércio campinense, além de negociar os produtos do Sudeste, também se encontrava monopolizado por grupos forâneos. Através destes grupos, todas as demais rendas de propriedade eram transferidas para os centros produtores das mercadorias aqui circulantes. Mesmo os salários, crescentemente gastos no consumo de mercadorias industriais produzidas fora da região, eram transferidos. A exemplo, os dispêndios com calçados não mais realizam monetariamente a produção do ramo coureiro, sapateiro e afins, mas, da Alpargatas, cujos produtos, vendidos no Bompreço, transferem rendas para os centros produtores.

E o decisivo é que, embora continuem se ampliando os patrimônios privados, neles, não se vislumbram rumos produtivos. Ao contrário, tais patrimônios estão se movimentando preponderantemente nos mercados financeiros. Desapropriado de rendas correntes, deficitário e endividado, o Estado apenas refinancia nominalmente seus débitos junto aos capitais que, um dia, já foram dele. Além da nova riqueza real que, privatizada, cobre apenas parcialmente os juros especulativos. E, na quebra do Estado, rompe-se a última sustentação da reconversão produtiva de capitais neste país sem a qual o desemprego, a superexploração e pauperização da população trabalhadora tendem a aumentar.

Por conseguinte, privatizadas as rendas estatais, quebrado o Estado e sem qualquer reconversão significativa de riquezas privadas, não há desenvolvimento econômico, mas, crise, estagnação e barbárie social cotidiana. Tal característica, nas condições sociais sob as quais se dá a reprodução da população trabalhadora, é a realidade social no Brasil de hoje. Mais ainda, nesta cidade.

# A TRANSFORMAÇÃO DO TRABALHADOR RURAL EM APOSENTADO \*

Benedita E. S. Lima Cabral \*\*

## 1. A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A APOSENTADORIA DO TRABALHADOR RURAL

O processo de concretização dos direitos previdenciários obtidos através do FUNRURAL revela a fragilidade da política social. Existem dois sistemas previdenciários distintos: um para a população urbana e outro para a população rural, cada um deles dispondo de uma forma própria de custeio e de uma pauta de benefícios e serviços, que, embora guardando entre si alguma semelhança, diferem qualitativa e quantitativamente.

O custeio <sup>(1)</sup> da Previdência urbana está baseado em contribuições fixas descontadas sobre o salário do trabalhador e contribuições das empresas de um valor proporcional à folha de salários de seus empregados, recolhidos mensalmente. A legislação determina que compete ao Governo Federal participação nas despesas com pessoal e complementação de verbas quando há déficit orçamentário. O custeio do PRORURAL <sup>(2)</sup> não está relacionado diretamente com pagamentos salariais de trabalhadores rurais.

Na ausência de uma contribuição individualizada para o PRORURAL, como ocorre no sistema previdenciário urbano, não foi difícil difundir-se no meio rural a crença de que os benefícios desse programa são gratuitos, são dádivas. Esta idéia, entretanto, não resiste à análise dos procedimentos adotados pelo Estado para cobrar indiretamente a contribuição. As formas de pagamento vigentes na agricultura e os baixos salários pagos no meio Rural, inferiores ao salário-mínimo oficial, ou o preço mínimo pago pela produção agrícola, quando se trata de pequenos produtores, trazem também embutidos descontos para a previdência, que posteriormente são recolhidos como contribuição. Como esta informação não é transmitida ao TR <sup>\*\*\*</sup> nem à maioria dos pequenos produtores, os mecanismos institucionais de cobrança de taxas previdenciárias são por eles desconhecidos, e eles permanecem ignorando sua própria participação neste fundo de custeio.

O TR conhece outras taxas, como a contribuição sindical obrigatória <sup>(3)</sup>, que é o desconto de um dia de salário por ano, subtraído de seu pagamento no mês de março como o "Dia do Governo", expressão amplamente utilizada na Zona da Mata de Pernambuco, por exemplo, (cf. Sigaud, 1979), e, também, a mensalidade sindical, que não é obrigatória, mas, freqüentemente confundida como pagamento para "ter direitos" <sup>(4)</sup>. Os trabalhadores rurais também identificam o ato de associar-se ao sindicato e pagar mensalidades como uma filiação ao sistema Previdenciário, face à forma como o FUNRURAL aparece, diretamente vinculado ao Sindicato. Os depoimentos da maioria dos TRs demonstram essa compreensão, favorecida pela forma como o FUNRURAL se instalou via convênios com os sindicatos, contribuindo diretamente para que a prática sindical se aliasse com a ação institucional do programa previdenciário para o campo.

---

(\*) Originalmente, capítulo da dissertação de mestrado "De Trabalhadores a Aposentados do PRORURAL. As contradições da Política Social e a Concessão tardia de Direitos." Em 30.12.86.

(\*\*) Professora do Departamento de Sociologia e Antropologia, UFPb, Campus II

(\*\*\*) Trabalhador Rural

A ausência de informações corretas e o desconhecimento do processo histórico que antecede a conquista dos direitos parecem contribuir para acentuar a conotação beneplácita predominante entre os trabalhadores rurais beneficiários da previdência que comumente relacionam o acesso aos direitos à conduta moral. Muitos julgam que, para se fazerem merecedores das concessões do PRORURAL, devem observar muita retidão de comportamento e caráter.

## 2. A CONDIÇÃO DE APOSENTADO: UM CARNÊ E AS NOVAS EXPECTATIVAS

No momento em que o TR recebe o carnê de aposentadoria, inicia-se uma nova fase em sua vida. O carnê é a concretização do direito. Através dele os trabalhadores, agora aposentados, terão acesso ao benefício. Pela primeira vez, muitos se dirigem a uma instituição bancária onde receberão mensalmente o auxílio pecuniário. As alterações da nova situação introduzem-se no cotidiano do aposentado, e são considerados como "mudanças para melhor" por todos os entrevistados. Ao narrarem as próprias experiências, eles indicam como se produzem essas modificações, reconhecendo a aposentadoria como uma "renda certa" e de procedência "gratuita" que, embora pequena, por não atender a suas necessidades, permite garantir uma cota de alimentos. Simultaneamente, verifica-se que os aposentados permanecem em atividade produtiva, apesar da idade e da obtenção do direito.

O novo recurso, entretanto, modifica para menos o "quantum" de trabalho dispendido pelo TR para atingir as despesas necessárias à sua manutenção. Segundo as histórias de vida dos aposentados, é possível, a partir da aposentadoria, realizar suas tarefas de forma menos rígida, podendo inclusive retirar-se do "alugado" e dedicar-se a uma só atividade na terra aforada ou de pequena propriedade, que cultivam em comum com parentes de todas as idades.

Os aposentados que permanecem trabalhando revelam dois fatores determinantes para sua permanência em atividade produtiva — dispor de alguma parcela de terra para cultivo e contar com um nível de saúde razoável.

A aposentadoria aparece como um alívio à carga de trabalho, ao mesmo tempo em que se configura como uma forma de autonomia, face à dependência econômica de filhos ou parentes. Na opinião de alguns aposentados a conquista da aposentadoria significou a superação desses obstáculos.

Por outro lado, a "renda certa" da aposentadoria é condição objetiva de poder aquisitivo, com efeitos sobre o nível de consumo da população atingida. Imagine-se, por exemplo, uma localidade, distante de centros urbanos, com pouca circulação monetária e limitada estrutura de emprego, o efeito provocado pelo recebimento simultâneo de benefícios por muitos de seus residentes aposentados e o resultado imediato gerado a partir desse rendimento.

No conjunto das mudanças, a posse dos documentos civis e o carnê de aposentadoria de que agora dispõem apresentam-se como garantias para sua inserção no mercado de consumo. Unidos desses instrumentos, eles obtêm crédito para comprar alimentos em mercearias locais. Isto é facilitado pelo conhecimento de que o aposentado tem um carnê que lhe garante uma "renda certa" mensalmente.

Esse aspecto positivo da situação atual foi relacionado por alguns, em contraposição à situação passada, quando era difícil obter gêneros no "fiado", e havia a incerteza do pagamento. Para os que vivem exclusivamente da aposentadoria, este aspecto é fundamental, conforme expressou um aposentado.



“Mudou muito depois da aposentadoria, melhorou demais. A mercearia vende “fiado”, pois sabe que vou pagar quando receber no fim do mês.”  
(A.D.S., 66 anos, residente urbano).

O tamanho dessa renda determina a dimensão do crédito, que fica contido numa importância máxima equivalente ao valor do benefício.

O carnê também promove o intercâmbio entre o TR, o FUNRURAL e a rede bancária, considerado aspecto importante introduzido pela nova situação. O aposentado comparece mensalmente ao banco para retirar o dinheiro do benefício e apresenta-se ao FUNRURAL a cada semestre para atualizar o valor do carnê e comprovar sua própria existência.

### 3. CONCLUSÃO

Os trabalhadores do campo que se iniciam precocemente na atividade produtiva devem esperar até 65 anos de idade para obter a Aposentadoria por Velhice. A expectativa de vida dessa população, em torno de 50 anos de idade, retira, pela mortalidade, parcela expressiva que não sobreviverá o tempo necessário para usufruir deste direito. Adicionalmente, o ritual a que se submete para receber a Aposentadoria inverte de certa forma o processo: ele deve apresentar documentos que o deveriam tornar apto a ingressar no mundo do trabalho, quando teoricamente dele se retira.

O processo de habilitação ao benefício, impõe ao trabalhador submissão às exigências documentais e, dentre elas, a declaração de sua condição de trabalhador rural. Aquilo que não conseguira lograr durante a vida, como o registro de suas relações de trabalho, deve fazer agora. No passado, para colocar-se à disposição do processo produtivo agrícola, não foi necessária formalidade alguma, entretanto, para retirar-se das atividades, deve atender às normas institucionais, colocando-se à mercê de declarações de proprietários rurais, os quais, em sua maioria, sempre negaram aos trabalhadores o direito de seus vínculos de trabalho.

Esse movimento contraditório não é percebido pelos aposentados, que se valem de conhecimentos pessoais e dos dirigentes sindicais para obter as declarações necessárias, quando requerem a aposentadoria. As mediações políticas fazem-se presentes. A concessão de quaisquer declarações estabelece um vínculo de gratidão do trabalhador para com aquele que o atende.

A interferência do poder político local nos procedimentos do FUNRURAL aparece com regularidade, o que torna o processo de escolha do Representante Local da Entidade uma acirrada disputa político-partidária.

A formalidade que reveste os procedimentos necessários ao exercício tardio da cidadania pelos trabalhadores rurais, expressa-se na obtenção da carteira de trabalho aos 65 anos de idade. O brilho azul das carteiras recém-obtidas poderia simbolizar a inadequação dos procedimentos burocráticos a uma realidade a que se amolda artificialmente, face à necessidade do trabalhador obter um benefício, mesmo que tardiamente. A carteira é necessária, apesar de que, ali, jamais venha a ser registrado qualquer contrato de trabalho.

Receber o carnê de aposentadoria é o marco de uma nova etapa na trajetória dos trabalhadores. A esse carnê deve ser relacionado ao nível de pauperização que atinge progressivamente os trabalhadores, quando uma renda de meio salário mínimo pode suprir suas próprias necessidades.

Tendo vivido à margem dos direitos, os aposentados não conseguem discernir, no pequeno benefício auferido, um retorno da sociedade, na tentativa de resgatar sua dívida social para com eles. Por desconhecerem a articulação entre as forças sociais que os exploram, os aposentados parecem sensíveis ao "mito da outorga", considerando a aposentadoria como "benesse", com graça.

O grupo estudado também demonstrou a forte presença da lógica de que se deve "pagar para ter direitos". Por não terem esse tipo de prática como contribuintes diretos (com raras exceções), não conseguem perceber o "quantum" de sua participação para o enriquecimento da sociedade, e não associam sua contribuição geral com os benefícios hoje recebidos.

A "renda certa" da aposentadoria não é, contudo, suficiente para retirar a maioria da atividade produtiva. Eles permanecem trabalhando e, neste caso, o benefício é um complemento à suas despesas, enquanto a renda principal continua provindo de seu trabalho. Os que têm acesso à terra, sobrepõem-se às doenças e à idade avançada, para continuarem produzindo além dos 70 anos. Algumas expectativas otimistas aparecem no discurso dos que pretendem dar um novo rumo a suas vidas a partir da condição de aposentado.

A transformação do trabalhador em aposentado revelou as ambiguidades da política social, onde o Estado aparece coerente com o movimento das relações de trabalho rurais ao adotar o modelo assistencial. A legislação do PRORURAL homogeneiza as várias condições de trabalho na categoria Trabalhador Rural, unificando, de forma superficial, a complexa realidade e sobrepondo-se aos interesses dos trabalhadores.

Na implementação do programa e para intermediar o processo, o Estado apoia-se na estrutura sindical, comprometendo suas atribuições de representação de classe. O caráter assistencial da atividade sindical sobrepõe-se, gerando confusão entre os TRs por não distinguirem o específico do PRORURAL na prática sindical. Essa intermediação também contribui para eludir os limites do programa, concentrando-se nos sindicatos o conjunto de atividades oferecidas, o que obriga os trabalhadores a buscarem ali solução para alguns problemas como, doença, velhice e morte.

Entretanto, são as precárias condições de existência desses TRs que vão reforçar as ações do Estado na área rural, porque elas se apresentam como oportunidade única e real de retribuir o esforço por eles despendido para o conjunto da sociedade. Há, portanto, uma atitude de gratidão do aposentado ao Estado, pelo reconhecimento de seu "status" de cidadão, quando se esperaria o protesto por ter permanecido à margem de seus direitos durante o ciclo de sua vida produtiva.

## NOTAS

- (1) Ver Art. 33 do Dec. 83.081/79 sobre Contribuições para o Custeio da Previdência Social Urbana. Ver também o Dec. Lei 1.910/81 que modificou os índices dessas contribuições de um valor padrão de 8% para índices variáveis entre 8,5 e 10% sobre os salários, conforme a faixa salarial. As empresas tiveram suas contribuições padronizadas para 10% sobre a folha de salários dos empregados. O Estado permaneceu conforme legislação anterior.
- (2) o Art. 76 do Dec. 83.081/79 determina o Custeio da Previdência Rural nas seguintes bases: uma taxa mensal equivalente a 2,5% do valor comercial dos produtos rurais pago pelo produtor; e outra taxa de 2,4% sobre a folha de salários das empresas vinculadas à Previdência Urbana e recolhidas mensalmente junto aos demais tributos previdenciários.
- (3) Arts. 578 e 610 da CLT (Dec. Lei n.º 55.452, de 01/05/43) tratam da Contribuição Sindical obrigatória, bem como da forma de sua arrecadação, administração pelo Ministério do Trabalho, aplicação e penalidades. As análises de Gomes e Gottschalk (1984) pp. 710-715 e os "comentários" de Russomano (1983) pp. 677-691, oferecem elementos esclarecedores para compreensão da Contribuição Sindical obrigatória que incide nas relações de trabalho no Brasil, além de destacar a questão do sindicato atrelado ao Estado, "ponto fulcral a ser considerado: embora sendo pessoa jurídica de Direito Privado, o Sindicato aufere rendas impostas por lei, isto é, criadas pelo Estado". (Russomano, op. cit. p. 657).
- (4) Ver Sigaud (1979) p. 224. A autora aborda a questão do ponto de vista da representação do TR, de que "é preciso que se pague pelos direitos".

# O PROCESSO DE PROLETARIZAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO PESQUEIRA PELO CAPITAL: Algumas evidências

*Olívio Alberto Teixeira \**

## I. INTRODUÇÃO

Antes de mais nada, é preciso esclarecer alguns pressupostos básicos que norteiam o estudo e a análise do processo histórico de subordinação da pequena produção pesqueira ao capital, em Santa Catarina. Neste sentido, deve-se esclarecer que:

. a realidade pesqueira — incluindo meios de produção, relações de trabalho, espaço de reprodução, etc — é extremamente específica, apresentando contradições e relações particulares, que não devem ser generalizadas para o conjunto da pequena produção mercantil (sequer a agrícola) (1);

. o panorama nacional da atividade pesqueira é bastante diversificado, revelando diferentes formas de organização da produção, relações sociais e níveis distintos de subordinação ao capital (2).;

. ater-se à definição "clássica" de processo de proletarização, implicaria o risco de não compreender a amplitude total do que este processo significa na pesca artesanal catarinense.

Também é necessário frisar que se entende o capital com uma relação social que se expressa em sua forma mais geral (comercial, industrial, financeiro, etc.) e não apenas no capital produtivo; se faz referência, no texto, ao capital social e não apenas ao individual. Assim, para a compreensão da proletarização na pesca artesanal, é de primordial importância que se vinculem as esferas de produção e de circulação do capital, entendendo-se como fases da produção e reprodução do capital em geral. Nesta perspectiva, portanto, os meios de produção e a mão-de-obra empregados na pesca artesanal, funcionam no processo de geração de valor (na produção), sem, no entanto, vir a funcionar como capitais individuais, como parcela do capital em geral (3).

## II. DISCUTINDO O CONCEITO DE "PROCESSO DE PROLETARIZAÇÃO" (4)

A leitura "clássica" da principal obra de Karl Marx — O Capital — caracteriza-se pela homogeneização de todos produtores e trabalhadores de um país em duas classes fundamentais: os burgueses (proprietários dos meios de produção) e os proletários (proprietários da força de trabalho). Nesta leitura, está subjacente o argumento de que proletarização significa necessariamente a expropriação completa dos produtores diretos e o conseqüente assalariamento da única mercadoria que lhes resta, a força de trabalho. Ou seja, proletarização significa uma relação direta de assalariamento ou uma relação patrão-empregado.

Para a leitura "clássica" do processo de proletarização, o principal elemento é a produção do sobretrabalho (ou mais-valia) que garante a reprodução ampliada do capital e apenas a reprodução simples (manutenção) da força de trabalho. Logicamente, para esta interpretação, se não há proletarização (ou assalariamento), não há produção, nem apropriação do sobretrabalho.

\* Mestre em Economia pela UFPB-II, Professor do Depto. de Economia e Finanças da UFPB-II

No entanto, a exploração capitalista da força de trabalho não se dá somente através de uma relação "clássica" de assalariamento patrão-empregado, pois, de maneira geral, as relações de trabalho a exemplo do campo brasileiro não se caracterizam exclusivamente pelos pressupostos "clássicos" da expropriação dos meios de produção e do trabalho livre. A existência da exploração parece ser mais consensual entre a maior parte dos autores que discutem esta problemática. Estes autores tendem a aceitar a existência da exploração do trabalho, embora a considerem como outras "formas" de extração do sobretalho, em princípio não-capitalista, mas a "serviço" da acumulação capitalista ou a ela mais "adequadas" (5).

Aí, o que se apreende de comum, é o fato de afirmarem que as "formas" de exploração ou de expropriação do trabalho não se caracterizam por relações de produção capitalistas. Portanto, estas interpretações podem ser agrupadas a partir de um fio condutor central: o caráter não-capitalista da exploração do trabalho pelo capital (não-capitalista, anti-capitalista, semi-capitalista, pré-capitalista, etc.).

O que interessa reter neste momento, é que esta gama de "caracterizações", de "formas" de exploração do trabalho pelo capital não podem ser explicadas (ou melhor, determinadas) pelas categorias e relações da "produção capitalista", mas, podem e devem ser analisadas no contexto mais geral da "reprodução capitalista". O cerne do problema teórico é de que estas interpretações sobrevalorizam o processo de trabalho, o qual imprimiria uma "lógica" produtiva não-capitalista e que se subordinaria à reprodução do capital, a partir de suas relações de circulação (ou comerciais).

Essas conclusões são possíveis porque ocorre uma confusão metodológica fundamental entre duas categorias: as relações sociais de produção que se confundem com as relações de trabalho e o entendimento do processo de proletarianização que se confunde com o de assalariamento.

É necessário sobretudo que as relações sociais de produção capitalistas sejam compreendidas na dimensão necessária e proposta por Marx. A teoria do valor e da distribuição expressa por Marx não trata apenas do processo imediato da produção capitalista — aliás, esta é a matéria apenas do livro 1 d'O Capital — mas, principalmente, do processo global da produção e reprodução capitalista, o qual incorpora o processo de circulação com todos os seus efeitos recíprocos diretos e indiretos. Portanto, é preciso entender que o processo de trabalho pode ter variantes tão diversas que sua forma pode até mesmo negar ou esconder a natureza capitalista — como o caso da parceria na pesca artesanal — mas não deixará de estar subordinado ao circuito mais geral de "reprodução" das relações sociais de produção capitalistas. Em síntese, o processo de trabalho, por si mesmo, não determina as relações sociais de produção, mas, ao contrário, é determinado por elas.

Teoricamente, ressaltar o caráter não-capitalista das relações de trabalho da pesca artesanal, considerando a exploração de um setor não-capitalista, constitui-se numa grave confusão metodológica. Sem dúvida, é um erro metodológico que revela a própria não compreensão do papel teórico das categorias analíticas expressas por Marx. No processo metodológico d'O Capital, Marx objetiva num primeiro momento, apresentar as categorias que, na essência, explicitam a natureza das relações de produção capitalistas. Estas categorias não têm, no mundo real (na sua aparência), seu conteúdo expresso, a não ser por formas diversas que muitas vezes negam esse conteúdo, formas que negam sua natureza capitalista, apesar de estarem determinadas por elas. Como indicam as teorizações de Marx sobre este mundo real, as interpretações não podem se ater à formas, tampouco retratá-las como determinantes das próprias relações sociais

de produção, sem uma correspondência com seu conteúdo mais geral. Não se pode, portanto, ter uma leitura "clássica" (ou vulgar) da obra de Marx, como ensina KOSIK (1986).

"... a análise teórica descobre o ser social no sistema das categorias econômicas apenas quando ela 'dissolve' a fixidez destas e as compreende como expressão da ATIVIDADE OBJETIVA dos homens e da conexão de suas relações SOCIAIS em determinadas etapas HISTÓRICAS do seu desenvolvimento." KOSIK (1986:177)

Ter uma leitura da obra de Marx que dilua a fixidez das categorias e expresse a realidade da forma proposta por KOSIK (1986) significa ampliar o entendimento do processo de proletarização, de tal modo que este explique o processo de subordinação da pesca artesanal ao capital. Com esta concepção ampliada do conceito de proletarização não se cai no falso dilema destruição/recriação da pesca artesanal, compreendendo este duplo movimento como parte integrante do mesmo processo: a proletarização. Como indica SILVA (1981),

"é fundamental entender a proletarização de uma maneira bastante ampla, como o processo de subordinação direta do trabalho ao capital e não apenas como expropriação completa dos meios de produção do camponês..." SILVA (1981: 51)

Dessa forma, entender o processo de proletarização de forma bastante ampla significa entender porque o capital assegura a propriedade "formal" dos meios de produção aos pescadores e a manutenção de relações de trabalho baseadas num sistema de parceria, em detrimento da implantação de suas relações de trabalho na atividade (assalariamento) <sup>(6)</sup>. Ou seja, entender porque historicamente o preço do pescado só tem permitido a mera reprodução da mão-de-obra familiar dos pescadores e, em difíceis condições, a reprodução dos meios de produção, que vem se tornando cada vez mais difícil, tendo em vista os investimentos crescentes em inovações tecnológicas que se fazem necessários para combater a escassez do pescado na costa catarinense.

### III. A PROLETARIZAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO PESQUEIRA PELO CAPITAL

Dito isto, pode-se passar a discutir porque a pesca artesanal catarinense, à medida que se encontra — enquanto reprodução social — completamente subordinada aos desígnios do capital, inclui-se num processo mais amplo de desenvolvimento do capitalismo, num processo de proletarização.

Considerar como proletarização a forma de subordinação a que a pesca artesanal está submetida, implica em entender este processo de maneira muito mais global que a "fórmula clássica" da categoria, do que a expropriação dos meios de produção e o conseqüente assalariamento dos pescadores. A proletarização, neste caso, é um processo que se define não apenas pelo viés econômico, "stritu sensu", mas, que diz respeito a outros aspectos que envolvem reprodução social da atividade. Na verdade, a compreensão que se pretende estabelecer é de que o desenvolvimento das relações sociais de produção capitalistas (no sentido expresso no item II) impõe à continuidade da pesca artesanal a subjugação ao que se deve chamar de "cercos capitalistas". Estes "cercos"

não têm o caráter puramente econômico e se expressam: na especulação imobiliária e no crescimento do turismo/urbanização das comunidades, na disputa pelo mesmo espaço produtivo com a pesca organizada nos moldes industriais, na organização da comercialização do pescado e no financiamento dos meios de produção da atividade pesqueira artesanal.

Nesse sentido, a proletarização define-se pela ocorrência dos "cercos capitalistas" que, como a expressão indica, "cercam" verdadeiramente a atividade, impondo limites e contradições próprias, que passam a determinar os espaços e limites de sua reprodução em cada um destes "cercos". Como se discute no decorrer do texto, os "cercos capitalistas" produzem sérias conseqüências em aspectos altamente relevantes da pesca artesanal e terminam colocando os pescadores num "beco sem saída", numa situação objetiva de subordinação frente ao desenvolvimento capitalista.

É preciso também colocar que, embora a pesca artesanal se organize a partir de relações de trabalho não "clássicas" do desenvolvimento capitalista, os pescadores, no seu processo de trabalho, produzem valor e, principalmente, valor excedente (sobretalho ou mais-valia). Não há apropriação de mais-valia, mas é muito importante que se frise, há a sua produção. DIEGUES (1983), em sua avaliação teórica da atividade, parece confundir esta questão, ao considerar que,

"já na pequena produção mercantil, embora exista propriedade individual ou privada dos meios de produção, não há o surgimento do não-trabalhador, nem a extração da mais-valia de quem participa do processo de trabalho..."

DIEGUES (1983: 206)

O fato de não haver a separação completa entre os trabalhadores e os meios de produção, entre outras características da pesca artesanal, faz com que muitos estudiosos da questão, assim como DIEGUES (1983), não visualizem o processo de subordinação e de proletarização em sua integridade. Não se pode confundir, como faz DIEGUES (1983), o conteúdo e a forma da extração de mais-valia com o conteúdo e a forma da produção de mais-valia. Realmente não é a propriedade dos meios de produção que define a exploração do trabalho, mas isso não quer dizer que não há produção da mais-valia. A mais-valia é fruto da exploração do trabalho dos pescadores — tanto dos proprietários dos meios de produção, quanto dos camaradas — que, a partir da apropriação delimitada pelos "cercos capitalistas", contribui na acumulação do capital em geral.

É este nível de reprodução social (acumulação de capital) da pesca artesanal, permitido pela submissão aos "cercos capitalistas", que define as especificidades do processo de proletarização em cada comunidade. Para explicar com clareza este processo em todo o estado, não se pode confundir duas questões fundamentais que envolvem a própria compreensão da proletarização. Ou seja, trata-se de um processo de "expropriação/dissolução" decorrente do desenvolvimento capitalista em geral, ou, este processo ocorre através de mecanismos próprios de "diferenciação interna"? Na pesca, este processo; não significa uma proletarização determinada por "pressões internas", na qual uma "acumulação diferencial" instaure gradativamente a polarização fundamental do capitalismo (burgueses e proletários); ao contrário, significa uma proletarização baseada numa "expropriação" generalizada, em que ocorre uma radical dissolução e uma inviabilidade estrutural da atividade por "pressões externas". Como se observou nos resultados da pesquisa de campo (7), no momento em que há um aumento

da escala de produção de valor, em que as forças produtivas se desenvolvem, os pescadores artesanais — por não realizarem uma acumulação de capital na pesca — não conseguem manter a propriedade dos meios de produção. Este é o sentido da proletarianização na pesca artesanal.

No quadro desta avaliação portanto, quais são as possibilidades que se colocam à pesca artesanal? Na análise da condição de subordinação e proletarianização da atividade, não se pode perder a perspectiva de um processo, de um “movimento” que se inicia com o rompimento da autonomia relativa inerente à condição “lavrador/pescador” e a partir daí, passa a se desenvolver, lenta e gradualmente, adaptando-se, conforme as estratégias de sobrevivência desenvolvidas em cada região, a diferentes situações e apontando no extermínio da atividade como tendência geral. Portanto, a proletarianização significa um processo, neste caso, em que, tendencialmente, seu final é o extermínio da pesca artesanal como atividade produtiva ou a sua transformação numa atividade complementar, acessória. Não se pode deixar de considerar as estratégias de sobrevivência e as contratendências, mas, o desenvolvimento do capitalismo na pesca, como se pode observar na evolução histórica dos dados das tabelas 01 e 02 (gráficos 01 e 02), é o próprio extermínio da pequena pesca e o crescimento da pesca nos moldes industriais. Aliás, é essa a perspectiva que se constatou no desenvolvimento da comunidade do Passo de Torres (São João do Sul), quando houve um crescimento das condições de produção do sobretrabalho.

Evidentemente, nessa trajetória, encontram-se diferentes níveis de subordinação ao capital. Nas comunidades em que os “cercos capitalistas” são mais claros, tornando mais acirrada a subordinação, com certeza, encontram-se mais próximas do final. É um processo global que, além da extração do sobretrabalho na comercialização, de um lado, a expansão urbana e o turismo pressionam os pescadores para o mar; e, de outro, o acirramento do conflito com a pesca industrial empurra os pescadores para terra. As perspectivas de sobrevivência destes pequenos produtores, são muito bem sistematizadas por SILVA (1989), Segundo esta autora:

“... neste afã de não sucumbirem como trabalhadores independentes, muito se proletarianizam de vez, abandonando a profissão ou tornando-se assalariados de convés. Outros, entretanto, conseguem manter-se, em níveis mínimos de sobrevivência, como pequenos pescadores autônomos subordinados aos desígnios do capital.”

SILVA (1989: 09)

Finalmente, convém mencionar que, ainda que se reconheçam os estreitos limites de reprodução da pesca artesanal, não se pode pressupor, no horizonte de um curto espaço de tempo, a extinção pura e simples dos pescadores. É possível, sim, estabelecer o extermínio da atividade como tendência geral; mas, seja porque a atual forma de organização da pesca colabora na valorização do capital em geral, seja em decorrência das estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelos pescadores, não se pode precisar temporalmente este processo. As perspectivas da atividade indicam que o processo de proletarianização aponta em três direções fundamentais: a) assalariamento puro e simples fora da pesca artesanal, e neste caso, a pesca industrial é o setor privilegiado, pois o pescador artesanal com seu “savoir-faire” constitui seu “exército de reserva” de mão de obra; b) a dissolução/extermínio da atividade ou sua transformação em atividade acessória ou complementar, visto não responder mais à subsistência da família; e c) a



permanência na situação de subordinação sob uma pauperização relativa crescente. Neste sentido, não se pode assegurar que o processo de proletarização possa assumir precisamente algumas destas direções em cada região do litoral do estado.

Portanto, como as evidências empíricas parecem indicar, num sentido meramente especulativo, a reprodução do capital, a partir de formas de exploração que não representam o caráter "clássico" do capitalismo representa um estágio novo do próprio desenvolvimento capitalista, um estágio que ultrapassa a mera implantação das relações de trabalho capitalista. Ora, no caso concreto da pesca artesanal, observa-se que, se a reprodução do capital está garantida a partir da situação de subordinação e a propriedade privada dos meios de produção não representa um obstáculo à acumulação, então, trata-se do próprio desenvolvimento do capitalismo, num novo nível, porque, sobretudo, o capital não enfrenta os riscos e as oscilações da aleatoriedade natural do processo produtivo na pesca (8).

## NOTAS

- 01 — A distinção, em relação à agricultura, precisa levar em conta ainda, a pesca realizada exclusivamente em águas marinhas interiores (baías, lagoas, etc.) e a pesca realizada em alto-mar. Mas, ambas as comunidades, por serem exclusiva ou preponderantemente pesqueiras, possuem um "particularismo" que exige um tratamento teórico-metodológico específico. Este específico das comunidades pesqueiras "... está relacionado com o ambiente físico do mar, marcado pelas mudanças sazonais importantes, por fenômenos atmosféricos que operam transformações rápidas no corpo d'água (burrascas, tempestades, maremotos) que colocam continuamente em risco a vida dos que nele trabalham. Os recursos naturais renováveis, em particular as espécies de peixes, são móveis e muitas vezes 'invisíveis', reproduzindo-se e migrando de um ambiente a outro, obedecendo complexos padrões de reprodução." Além disso, "... na pesca marítima há um alto grau de imponderabilidade de risco pela própria natureza dos recursos naturais de um lado, e pelo fato do mar ser um bem 'comum', de outro, de livre acesso." DIEGUES (1989: 03).
- 02 — Como atesta MELLO (1989), a realidade da pesca artesanal, "é exatamente diversificada ao longo de todo território brasileiro, muitas vezes no âmbito de um mesmo espaço geográfico, considerando-se ainda as diferenciações entre pesca marítima, fluvial e lacustre, esparsas entre o litoral e o interior de cada região." E, como indica o autor, a análise da "questão pesqueira", seja "... regional ou nacional, sob qualquer ótica, deve levar em consideração tais especificidades..." (MELLO (1989: 63).
- 03 — Essa questão de estabelecer parâmetros analíticos para a categoria capital é muito bem sistematizada em MARTINS (1989), se referindo às contribuições do artigo de MOREIRA (1981).
- 04 — É preciso registrar o agradecimento ao Professor Renato Kilpp do Depto. de Economia e Finanças da UFPB/II no desenvolvimento do raciocínio deste item.

- 05 — Veja especialmente as posições de MARTINS (1986) e VERGOUPOLOS (1977) sobre essa questão. Segundo este último autor, "o capitalismo não exclui, em seguida, tudo que lhe é exterior. Seu MODUS OPERANDI é, ao contrário, o de integrar em seu processo de reprodução todos elementos exteriores como FONTES SUPLEMENTARES DE RENDIMENTOS. Eis porque o capital não visa, necessariamente, a extensão do MPC mas, sobretudo, a INTERCEPÇÃO de renda e lucro agrícola em proveito do MPC." VERGOUPOLOS (1977:153). Para MARTINS (1986), "o capitalismo engendra relações de produção não-capitalistas como recurso para garantir a sua própria expansão, como forma de garantir a produção não-capitalista do capital, naqueles lugares e naqueles setores da economia que se vinculam ao modo capitalista de produção através das relações comerciais..." (MARTINS (1986: 21).
- 06 — LÊNIN (1981), ao analisar a situação da pequena produção na agricultura russa, também ressalta o caráter proletário dessas explorações, Para LÊNIN (1981), os pequenos produtores são operários rurais que podem todos ser reunidos "em um só tipo, o de proletário agrícola". De acordo com este autor, "... entre el proletariado rural debe incluir-se, por lo menos, la mitad de todas las haciendas campesinas. (...) Cabe agregar que en nuestras obras se comprende a menudo con excesiva rigidez la tesis teórica de que el capitalismo requiere um obrero libre, sin tierra. Eso es del todo justo como tendencia fundamental, pero en la agricultura el capitalismo penetre con especial lentitud y através de formas extraordinariamente diversas. La asignación de tierra ao obrero del campo se efetúa muy a menudo en interés de los mismos propietarios rurales, y por eso el tipo del obrero rural con parcela es propio de todos los países capitalistas. (...) Cada uno de ellos ostenta las huellas de um régimen agrario peculiar, de una historia peculiar de relaciones agrarias, PERO ESO NO ES OBSTACULO PARA QUE EL ECONOMISTA LOS INCLUYA EN UN MISMO TIPO DE PROLETARIO AGRÍCOLA. La base jurídica de su derecho al troza de tierra es del todo indiferente para essa calificación...". LÊNIN (1981: 183/184) (grifos de O. A. T.)
- 07 — Veja a íntegra da discussão dos resultados da pesquisa de campo em TEIXEIRA (1990).
- 08 — Se está fazendo referência aqui aos riscos do processo produtivo "stritu sensu", o que não significa que o capital comercial não enfrente estes problemas. É claro, as conseqüências são diretas em termos do volume e da escala do sobretrabalho apropriado.

**TABELA 01 : PRODUÇÃO DE PESCADO DE SANTA CATARINA  
SEGUNDO O TIPO DE PESCA – 1975/87**

(TON.)

| <b>A N O</b> | <b>PESCA INDUSTRIAL</b> | <b>%</b> | <b>PESCA ARTESANAL</b> | <b>%</b> | <b>T O T A L</b> |
|--------------|-------------------------|----------|------------------------|----------|------------------|
| 1975         | 50.056,5                | 58,2     | 35.996,7               | 41,8     | 86.053,2         |
| 1976         | 28.972,9                | 50,0     | 28.933,1               | 50,0     | 57.905,0         |
| 1977         | 54.801,0                | 64,9     | 29.689,1               | 35,1     | 84.490,1         |
| 1978         | 62.392,1                | 64,2     | 34.812,3               | 35,8     | 97.204,4         |
| 1979         | 71.133,0                | 77,7     | 20.372,3               | 22,3     | 91.505,3         |
| 1980         | 93.827,8                | 79,4     | 24.277,8               | 20,6     | 118.205,6        |
| 1981         | 50.218,0                | 71,4     | 20.079,1               | 28,6     | 70.297,1         |
| 1982         | 60.094,8                | 72,6     | 22.730,2               | 27,4     | 82.825,0         |
| 1983         | 56.897,3                | 71,0     | 23.217,0               | 29,0     | 80.114,3         |
| 1984         | 69.400,4                | 71,5     | 27.719,2               | 28,5     | 97.119,6         |
| 1985         | 101.830,4               | 84,2     | 19.107,7               | 15,8     | 120.938,1        |
| 1986         | 97.480,6                | 89,9     | 10.975,4               | 10,1     | 108.456,0        |
| 1987         | 58.722,0                | 86,5     | 9.174,0                | 13,5     | 67.896,0         |

**FONTE: Anuário Estatístico da Pesca – P D P./ SUDEPE – 1987**

**TABELA 02: VALOR DA PRODUÇÃO DE PESCADO DE SANTA CATARINA  
SEGUNDO O TIPO DE PESCA – 1976/87**

(Cr\$/Cz\$ milhões)

| A N O | PESCA INDUSTRIAL | %    | PESCA ARTESANAL | %    | T O T A L  |
|-------|------------------|------|-----------------|------|------------|
| 1975  | 72,84            | 40,1 | 108,79          | 59,9 | 181,63     |
| 1976  | 89,66            | 39,0 | 140,08          | 61,0 | 148,74     |
| 1977  | 149,50           | 40,3 | 221,00          | 59,6 | 370,50     |
| 1978  | 189,83           | 31,4 | 415,42          | 68,6 | 605,25     |
| 1979  | 675,53           | 63,3 | 390,95          | 36,7 | 1.066,48   |
| 1980  | 1.209,53         | 56,4 | 933,35          | 43,6 | 2.141,88   |
| 1981  | 1.363,95         | 48,3 | 1.457,47        | 51,7 | 2.821,42   |
| 1982  | 4.234,63         | 56,0 | 3.326,12        | 44,0 | 7.560,75   |
| 1983  | 9.885,36         | 53,6 | 8.542,97        | 46,4 | 18.428,33  |
| 1984  | 40.242,13        | 59,5 | 27.376,13       | 40,5 | 67.618,26  |
| 1985  | 198.392,08       | 77,6 | 57.274,97       | 22,4 | 225.667,05 |
| 1986  | 542,16           | 81,3 | 124,39          | 18,7 | 666,55     |
| 1987  | 1.043,05         | 82,6 | 219,23          | 17,4 | 1.262,28   |

FONTE: Anuário Estatístico da Pesca – P D P / SUDEPE – 1987

GRÁFICO 01: PRODUÇÃO DE PESCADO DE SANTA CATARINA,  
SEGUNDO O TIPO DE PESCA  
(1975/87)

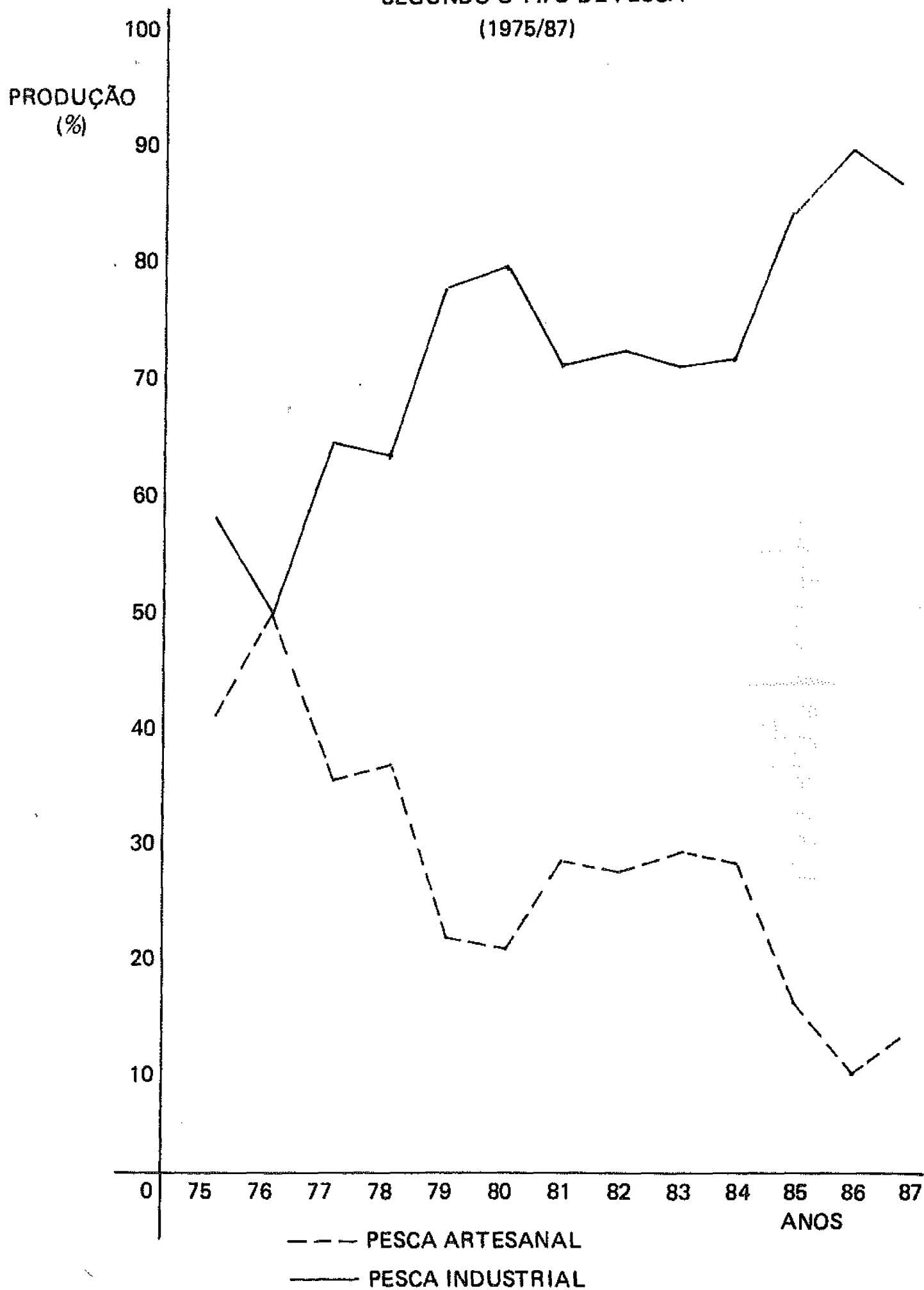
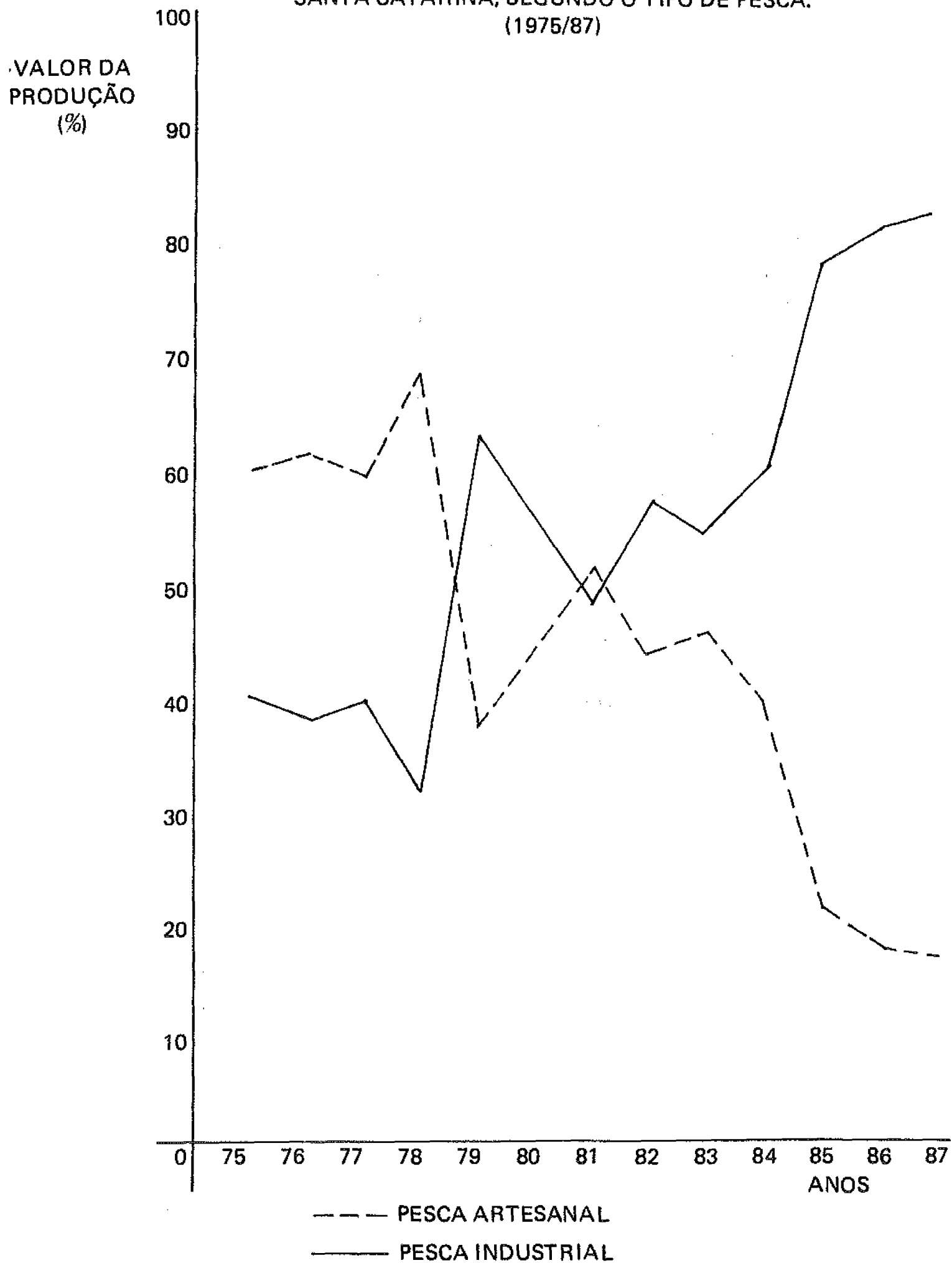


GRÁFICO 02: VALOR DA PRODUÇÃO DE PESCADO DE SANTA CATARINA, SEGUNDO O TIPO DE PESCA.  
(1975/87)



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- . DIEGUES, A. C. S. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. Ed. Ática. São Paulo. 1983.
- . DIEGUES, A. C. S. Tradição e mudança nas comunidades de pescadores do Brasil: por uma sócio-antropologia do mar. In: DIEGUES, A. C. S. (org.). Pesca artesanal: tradição e modernidade. Anais do III Encontro Ciências Sociais e o Mar. IOUSP / F. FORD / UICN. São Paulo. 1989
- . KOSIK, K. Dialética do concreto. 4ª edição. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1986.
- . LÊNIN, V. I. El desarrollo del capitalismo en Rusia. Ed. Progreso. Moscou. 1981.
- . MARTINS, J. S. O cativo da terra. 3ª edição. Ed. Hucitec. São Paulo. 1986.
- . MARTINS, P. Campesinato e pesca artesanal. In: DIEGUES, A. C. S. (org.) Pesca artesanal: tradição e modernidade. Anais do III Encontro Ciências Sociais e o Mar. IOUSP / F. FORD / UICN. São Paulo. 1989
- . MARX, K. O Capital (crítica da economia política). Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1981. Livro III. Vol. V.
- . MARX, K. O Capital' (crítica da economia política). 7ª edição. DIFEL S/A. São Paulo. 1982. Livro I. Vol. II.
- . MELLO, A. B. F. Contribuições para uma teoria dos conflitos pesqueiros no Brasil: partindo do "caso amazônico". In: DIEGUES, A. C. S. (org.) Pesca artesanal: tradição e modernidade. Anais do III Encontro Ciências Sociais e o Mar. IOUSP / F. FORD / UICN. São Paulo. 1989.
- . MOREIRA, R. J. A pequena produção e a composição orgânica do capital. In: Revista de economia política. Brasiliense. São Paulo. Vol. I. n.º 3. jul/set 1981.
- . SILVA, J. G. Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura. Ed. Hucitec. São Paulo. 1981.
- . SILVA, T. E. M. Os pequenos pescadores: trabalhadores para o capital. mimeo. Araçaju. 1989.
- . TEIXEIRA, O. A. Camponês-pescador-proletário: estudo do processo histórico de subordinação da pequena produção pesqueira ao capital, em Santa Catarina. Dissertação de mestrado em economia. UFPB/II. Campina Grande. 1990.

## O PESCADOR ARTESANAL NA ÓTICA URBANO-INDUSTRIAL

Lúcia Helena de Oliveira Cunha \*

No ângulo urbano e industrial, a pesca artesanal é percebida exteriormente. Esta percepção se manifesta sob duas vertentes ideológicas distintas: aquela que a romantiza, inserindo-a na "ordem natural", em oposição à "ordem cultural e civilizadora", outorgando-lhe, porém, legitimidade apenas nesta oposição — enquanto regida pelo reino da natureza —, algo que aparece distante ou ausente da ótica urbana; e aquela que a nega, porquanto não se faz presente na lógica produtiva da sociedade que a comanda.

Ambas as visões — a primeira, caracteristicamente urbana e turística, e, a segunda, guardando estas mesmas origens, expressa pela ótica empresarial e do Estado — movem-se em torno da concepção de trabalho vigente na sociedade industrial, possibilitando toda a sorte de estereótipos e preconceitos reveladores da incapacidade de perceber o outro em sua singularidade. Uma afirma o mundo da pesca pelo não-trabalho, por se localizar na natureza (vista como imóvel e intocável) e não no universo da cultura, do urbano, onde, desta perspectiva, o natural se ausenta. Daí derivam concepções que valorizam o pescador apenas enquanto "um ser vivente de peixes e do mar", sendo muitas vezes sua atividade traduzida como não-trabalho. A outra, nega o pescador ao concebê-lo como "preguiçoso, boa vida, indolente, ignorante, mentiroso, atrasado", enfim, não-produtivo, projetando sobre ele tudo o que não se coaduna com o ideário de trabalho do mundo capitalista. Nesta perspectiva, o tempo do não-trabalho, ou qualquer expressão do tempo livre, tende a ser traduzido negativamente.

Se isso é extensivo a todas as culturas, que, por se portarem de forma distinta à do modelo ocidental, ameaçam a capacidade de esse modelo se eternizar, é importante registrar seu ideário nesta busca incessante de auto-perpetuação. Cabe dizer que esse ideário capitalista de trabalho e de sociedade — rechaça o lazer como uma dimensão da vida humana. Quando o incorpora na lógica social, o faz, como observa Coelho (1983), sob sua forma diminuída: a diversão.

Na glorificação e sacralização do trabalho, cria-se o homem que se deseja, o homem que se quer: produtor de mercadorias. A liberdade, e tudo que como tal se afigura, somente se realiza mediante o trabalho.

"Trabalho é a dignificação do homem".

O capitalismo se constitui na história pela apropriação do tempo do trabalho e, de certo modo, do tempo livre. Este tempo só é possível na equivalência do tempo do não-trabalho. Toda lógica social é tecida e motivada pelo tempo rentável, tempo produtivo — tempo do relógio. Fazendo a disjunção trabalho e vida (tempo de trabalho x tempo livre),

"coloca-se em lados opostos os que têm a força de trabalho e os que têm os meios de produção (...) estabelece imediatamente a separação entre o tempo que é vendido (trabalho) e o tempo que permanece sob o 'controle' do vendedor". ("vida", tempo livre) (CALDEIRA, 1984: 115).

---

(\*) Esta reflexão constitui um extrato de minha dissertação de mestrado sobre o pescador artesanal da Barra da Lagoa no litoral leste da Ilha de Santa Catarina, sob o título Entre o Mar e a Terra — tempo e espaço da pesca em Barra da Lagoa, apresentada ao Programa de Estudos de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUC/SP, em Agosto de 1987.



Trabalho e lazer são, pois, nesse modo de ordenação social, ainda que permeáveis, tornadas opostas, separadas, estáticas e, em certo sentido, negadoras uma da outra. Neste contraponto, ganham lugar as oposições tempo útil versus tempo perdido, tempo produtivo versus tempo livre, cujos primeiros termos são sempre positivamente valorados em detrimento dos segundos. As expressões correntes como "tempo é dinheiro", "ganhar tempo", "economizar tempo", ilustram a noção de temporalidade contida na dinâmica industrial ocidental.

Num tempo naturalizado como irreversível — medido —, em que o trabalho é exaltado dentro da lógica que o instaura como a única condição de a humanidade se realizar, a ludicidade e o prazer deixam de ter lugar. Não têm lugar na vida nem no trabalho (dimensões antitéticas), a não ser sob medida — as suas.

Essa é a temporalidade que o capitalismo institui, sobre a qual o etnocentrismo como vertente ideológica ganha expressão, anulando e suprimindo física e culturalmente tempos e espaços por si não-contemplados. Castoriadis (1982) mostra, neste sentido, como "a fantasia da onipotência do capitalismo" — uma das expressões de seu tempo imaginário — "referência a supressão da alteridade".

Assim, as concepções produtivistas do capitalismo, à luz das quais o outro é percebido, demonstram a impossibilidade de esse sistema se produzir fora do contraponto trabalho versus liberdade. São dois tempos que irrompem com ritmos descontínuos.

Embora inseridos da teia temporal capitalista, não é nesta medida que os pescadores encerram seu tempo. Se a sociedade que os envolve tende a subsumí-los, cada vez mais, no jugo do tempo do relógio, como forma predominante, no interior do ciclo da pesca, o tempo natural ainda flui. O pescador artesanal parece definir sua existência e demarcar seus afazeres diários, não somente em função do calendário urbano — há algum tempo que sua vida vem sendo regida pelos horários do relógio —, mas, em decorrência das principais safras de peixes que perpassam as estações do ano. Ele se refere geralmente, a cada época enquanto significado da atividade, demarcado a passagem dos meses pela passagem dos peixes: "é época da tainha, é época da anchova, é época de brota, da corvinha". Neste sentido, cabe citar as observações de Evans-Prichard:

"O calendário é uma relação entre um ciclo da atividade e um ciclo conceitual e os dois não podem ser isolados, já que o ciclo conceitual depende do ciclo de atividade do qual deriva seu sentido e função... O calendário está ancorado no ciclo das mudanças ecológicas." (EVANS-PRICHARD, 1975: 113).

Se o tempo do relógio se presencia nesse povoado pesqueiro — seja pelo ritmo impulsivo da vida da cidade que a ele por vezes, se contrapõe, seja pela própria organização da produção inscrita no capital — comercial e industrial, ou pela ocupação desordenada de elementos de fora que nele passaram a habitar, temporária e permanentemente —, o elo com o tempo natural parece persistir, regulando, ainda de modo relativo, as atividades do pescador artesanal. Basta ver a organização do cotidiano do trabalho de pesca, não marcado por horários definidos, e o modo como intercala sua atividade num ritmo que lhe permite certo controle do tempo. Nestes termos, parafraseando EVANS-PRICHARD, a pesca é que impõe o horário do dia-a-dia, coordenando com seu tempo próprio as atividades a serem realizadas —, não obstante numa relação de subordinação ao tempo do capital. Se, por um lado, é possível delinear alguns movimentos básicos que diariamente são efetuados — saída à captura dos peixes, retor-

no e processo de sua comercialização —, por outro, não se pode prever com precisão em que marcações do tempo estes movimentos se dão. É um tempo imprevisível e irregular. E, neste sentido, na modalidade artesanal de pesca, os dias não se repetem: tempo não-fixo, tempo irregular, tempo imprevisível; tempo que depende de outro tempo; tempo que tem o seu próprio tempo.

Duas ordens de tempo, a rigor, se interpõem no cotidiano dos pescadores, sintetizando sua vida presente. Tempo natural e tempo mercantil-capitalista, respectivamente, em sua expressão cíclica e linear, são ordenações simultâneas e ambivalentes do ritmo da vida social.

A ordenação capitalista, que rege a sociedade dominante, converte quantitativamente o tempo em valor reduzido a dinheiro. O capital passa a pressionar “por dentro” a atividade pesqueira, alongando o tempo de permanência no mar e regulando o ritmo da produção. De acordo com o valor da mercadoria, estipulado no bojo das relações mais amplas da sociedade, é que o pescador reproduz sua existência básica: seu tempo de trabalho só se realiza socialmente no mercado. Tem-se aí o tempo do capital expresso na integração da atividade pesqueira, nas malhas da produção mercantil e industrial. Embora o relógio não esteja inscrito na produção como medida de tempo, traduz a lógica capitalista no controle da circulação do pescado nas mãos do intermediário e de grandes empresas e, na aparição do não-trabalhador no processo produtivo, o qual expropria o tempo de quem produz, rompendo com a secular relação de parceria.

De outro modo, a interferência da pesca industrial na localidade se faz notar pela presença direta ou indireta dos grandes barcos nos mares da Barra e circunvizinhos, como produtores de um ritmo técnico e econômico próprio — o ritmo do maquinismo, do grande capital. Sendo muitos migrantes temporários — ora embarcados, ora artesanais —, os pescadores vivem tempo e espaço com duplicidade. Tal duplicidade aparece, também no verão e no inverno, onde tempo turístico e tempo da pesca se contrapõem, durante o ano, com ritmos diferentes.

Tal temporalidade social — em sua expressão identitária — instaura uma noção de tempo sequencial, cumulativa e linear — negadora do passado. Os pescadores têm seus elos rompidos com a lua e as estrelas. Essa noção temporal projeta sempre o presente para o futuro: não se sabe exatamente para onde, exceto que esse onde é melhor... e que está no futuro (PAZ, 1984). E, dessa perspectiva, o passado deve ser sempre superado — presente e futuro sempre caminham à sua frente.

A ordem natural manifesta-se no ritmo interno do ciclo da pesca: os pescadores seguem a mobilidade das espécies em cada safra. Um tempo que, tal como o “peixe gira”, faz a roda do tempo, acaba e renasce de modo cíclico.

Marcada fortemente pelas forças naturais, a irregularidade na captura dos recursos marinhos gera um ritmo próprio no interior da pesca artesanal. Não se quer dizer com isso, como faz lembrar Thompson, que a natureza comanda o processo produtivo, vindo, em si, a conformar o tempo natural no universo pesqueiro. É na relação com ela estabelecida que este tempo se expressa. Isto é, no modo como a natureza se impõe com seu ritmo próprio e, concomitantemente, é apropriada pelo pescador — mediante a tecnologia artesanal empregada e no conhecimento construído em torno dos domínios que abrange, céu, mar, rio —, e que se extrai o tempo natural.

Paradoxalmente, embora sujeito à natureza, o pescador possui controle relativo sobre o tempo, no modo como encadeia as atividades, em que tempo de trabalho e tempo livre parecem se trançar em arranjos distintos, ainda que, nesta relação, o primeiro comande. Embora mais dependente do tempo físico, parece possuir interna-

mente maior controle do tempo social, mesmo que submetido aos imperativos do tempo do mercado (e da indústria pesqueira).

O dia laborial não se define rigidamente na seqüência das atividades. Estas não se ordenam no mesmo ritmo. Seu encadeamento processa-se de acordo com o próprio ciclo interno da pesca, cuja irregularidade alcança expressão na vida do dia-a-dia. Se os intervalos do tempo são comandados pela pesca (desde o acordar até o dormir), as atividades que se interpõem na vida diária têm ritmos próprios: não começam e recomeçam necessariamente da mesma maneira. Cada qual, por sua vez, incide no tempo de modo peculiar: no tempo de permanência no mar (durante a viagem, na procura e na captura dos cardumes de peixes); nos deslocamentos entre mar e terra; no tempo de trabalho em terra (feitura e conserto de redes, cuidados com a manutenção da embarcação e equipamentos e comercialização do produto).

Essa irregularidade intrínseca ao ritmo da pesca artesanal manifesta-se com maior nitidez no ritmo diferenciado que cada modalidade imprime no interior do ciclo, em seus intervalos, na passagem de uma a outra, nos períodos de safra e entresafra. Além do emprego de técnicas distintas, os pescadores parecem ter de seguir, em cada uma delas, os movimentos específicos da natureza — das marés, das espécies e da atmosfera — interpostos distintamente no decorrer do ciclo. Não há, pois, como falar de um tempo e cenário únicos — no entremear de suas tarefas, os pescadores parecem estar sempre variando frente aos imprevistos constantes com que se defrontam, ainda que seus afazeres se reiterem no dia-a-dia. Parecem estar sempre diante do inesperado.

Sem abstrair das variáveis sociais aí envolvidas, a impressão que se tem é que o modo como a vida (dos pescadores) se trança no cotidiano parece acompanhar permanentemente a natureza em seus movimentos, como se a vida estivesse colada a ela (simbioticamente e na tensão). O próprio tempo parece ser percebido sempre como ritmo, movimento, nesta medida ou nestas expressões: viajar no mar, os peixes giram, nas voltas da lua, às voltas da casa.

Desse modo, as forças naturais atuantes no universo pesqueiro e, mais especificamente, na constituição do espaço litorâneo, ganham relevância — ainda que não numa relação de determinação — como um conjunto de condições e processos que influenciam as relações entre o homem e a natureza. Ou seja, a natureza não constitui uma entidade estática segundo a lógica da grande indústria, que a faz parecer como fator de produção inerte ou reduzida a objeto de empreendimento, mas um sistema de produção próprio que se articula com o social. Sua dinâmica particulariza-se num complexo de relações e processos que produzem a vida. (DIEGUES, 1983).

Em seu exaustivo estudo sobre a atividade pesqueira, Diegues aponta a necessidade de se pensar a natureza como algo não-homogêneo, cujos movimentos imprimem especificidade às atividades produtivas, aos ritmos temporais aí desenvolvidos, à forma de apropriação humana:

“Ao contrário da indústria, onde matéria-prima é relativamente homogênea, permitindo a produção em massa, a pesca exige ajustes contínuos a condições naturais em contínua mudança. Essas condições naturais em contínuos movimentos dificultam a produção em massa e quando, pela introdução do maquinismo, ela se torna possível, como no caso da pesca de arenque, ocorre o período de extermínio da espécie.” (1983: 87).

Nesse sentido, os ritmos temporais presentes na pesca artesanal implicam entender a forma com os homens se relacionam entre si, e, mais especificamente, com a natureza marinha, como um ecossistema próprio. Seus movimentos internos apontam limites nem sempre previsíveis à ação humana e uma forma específica de apropriação de seus recursos articulada, direta ou indiretamente, a distintas temporalidades sociais.

Além desses aspectos, convém acentuar que o controle relativo dos meios de trabalho, particularmente nos casos em que prevalecem os produtores diretos, vincula-se, nesta forma de organização, intrinsecamente ao controle da arte da pesca, em que o saber pescar se apresenta mediatizado pela tradição e experiência, conferindo-lhe especificidade. A pesca artesanal não depende apenas de posse de condições materiais necessárias à sua realização. O ato do saber pescar envolve um conjunto de conhecimentos, experiências e códigos culturais transmitidos de pai para filho, recriados individual ou socialmente, através dos quais a parceria se realiza. Se a diferenciação econômica se evidencia — com proprietários e não-proprietários dos meios de produção, configurando uma parceria desigual — no plano cultural, no ato mesmo de pescar, a parceria relativamente se equaliza pois o saber compartilhado é uma condição *sine qua non* da pesca artesanal.

É importante perceber, pois, como esses ritmos naturais são apropriados pelo pescador artesanal e como se especificam, seja em relação a seu trabalho concreto, seja em relação aos conteúdos imaginários que a ela são imputados. Decorre daí uma noção de temporalidade vivida e representada de modo original nos diversos domínios físicos e sociais em que a pesca se realiza — “aqui tem liberdade”.

Das seguintes falas, é possível depreender esse ideário de liberdade que integra o imaginário do pescador artesanal, resultante do ritmo natural da pesca, o que evidencia, de sua parte, uma recusa, mesmo que relativa e contraditória, em ingressar no tempo capitalista industrial típico, enquanto cristalizado na disciplina do tempo fabril. Uma recusa manifesta de modo concreto e imaginário, mesmo quando imerso na fantasia da “urbanidade” e do “progresso”, ou inserido na trama do capital comercial e industrial.

“A pesca é melhor, não se pede a ninguém, vai a hora que quer, não está cativo. Em terra esta preso, está sempre mandado. No mar o camarada tem sua vida”. (Leoni Vieira, 40 anos, 1986).

“A gente se criou na pesca e gosta da pesca, a gente está acostumado (...) Em terra o salário não dá nem pra comer (...) Na pesca vou a hora que quero, volto a hora que quero (...) Na fábrica, ou no serviço, seja lá o que for, eu tenho de ir, possa ou não possa, se eu não for eu perco, sou obrigado a ir. Então fica difícil. Na pesca já me acostumei, ganho pouco mas eu que mando”. (Valdelino Vieira, 40 anos, 1987).

“Trabalha-se na pesca mais à vontade. Se tivesse trabalhando em terra estaria ganhando um salário (...) pois o pescador tem essa vantagem, trabalha mas não é mandado (...) Aqui não tem um patrão que cutuca (...) que manda (...), forçado (...), não tem horário (...) Tudo isso é liberdade”. (Entrevista conjunta com vários pescadores).

“Nós pescadores não dá pra enfrentar serviço em terra (...) Deus me ajuda pra nunca depender de um serviço em terra, é mais garantido mas não dá pra viver de um salário de fome. Na pesca trabalho mais à vontade. Escolho ser pescador pela liberdade”. (Anselmo Duarte, 32 anos, 1986).

Importa realçar que o mar — domínio principal em que se inscreve o trabalho diário — consiste no referencial básico de construção e reconstrução de sua identidade como trabalhadores, trabalhadores do mar. A oposição mar versus terra por ele estabelecida ganha um sentido particular, não só no plano imaginário, mas em sua vida concreta, demarcando sua atividade em relação a outras dominantes no meio urbano-industrial. À terra, quando identificada como esse trabalhos urbanos, é referida como um espaço exterior, fixo, aprisionador, em contraposição ao mar, percebido como o espaço interior, móvel e libertador.

Se a não-percepção das implicações históricas da tendência à proletarização, em suas determinações básicas, impossibilita uma linguagem nitidamente política, não resta dúvida de que o pescador artesanal insinua um modo de ser, nos planos real e imaginário, pulsado pelo tempo natural. Um modo de vida marcado por contradições, envolto nas redes capitalistas, que estranha, porém, o tempo aí prevalecente.

Daí poder-se entender, talvez, as construções ideológicas sobre o modo de vida do pescador. O porquê a sociedade dominante o nega, ou o absorve e recusa. Ao não se coadunar com o ritmo produtivo dominante, o pescador tende a ser percebido do ângulo urbano-industrial como “preguiçoso, vagabundo, indolente, atrasado”.

O tempo natural, expresso na pesca artesanal, não está dissolvido no tempo mercantil e industrial capitalista, embora com ele se articule ou a ele se subordine. Neste sentido, o tempo do pescador, no ritmo diário, apresenta-se como dissonante na ordem fabril porque contempla uma liberdade aí ausente. Liberdade real e ilusória.

Harris elaborou uma metodologia de análise para a Antropologia que foi denominada de materialismo cultural, baseando-se na premissa de que a vida social humana é uma resposta aos problemas práticos da existência terrena e dando ênfase à relação entre produção, reprodução e ecologia, enquanto se mostrava contrário às formulações que partem das idéias, valores morais e crenças para compreender os fenômenos sociais. Embora isto coincida com a teoria de Marx, há uma distância do materialismo dialético, ao excluir a idéia hegeliana de que todos os sistemas evoluem através de uma dialética de negociações contraditórias e ao acrescentar a pressão reprodutora e variações ecológicas ao conjunto das condições materiais a serem estudadas. Seus pressupostos epistemológicos estão nas tradições filosóficas de David Hume e no empirismo britânico.

Com esse modelo teórico, Harris e Ross apresentam no livro *Death, Sex, and Fertility*, uma análise sobre o controle da fecundidade e da mortalidade em sociedades pré-industriais. Consideram o problema desde o Paleolítico até o momento atual nos países do Terceiro Mundo, como o Brasil, procurando demonstrar como a reprodução humana é sempre mediada culturalmente e como ela está interligada à produção dos bens indispensáveis à sobrevivência. Nesse sentido, eles argumentam que a infra-estrutura dos sistemas sócio-culturais é constituída de um modo de produção e de um modo de reprodução que seriam mutuamente determinantes, com causalidades interligadas na construção das relações sociais humanas, porporcionando a conjunção de interface demográfica, tecnológica, econômica e ecológica entre cultura e natureza.

Haveria então uma "racionalidade" ou "otimização" nos diversos grupos para a regulação de natalidade, que não residiria necessariamente na consciência dos indivíduos de cujo comportamento agregado constitui o fato demográfico da sociedade. Mas a relação de nascimentos e mortes tenderia a refletir pressões bio-culturais para pesar os custos e benefícios de reprodução para indivíduos e/ou grupos, para minimizar os primeiros e maximizar os últimos.

A partir desse raciocínio, os autores procuram demonstrar como os caçadores-coletores articulavam a sua capacidade reprodutiva com a sua capacidade produtiva. Sofrendo as pressões impostas pelos problemas de obtenção de alimentos, eles não podiam sustentar uma população densa nem períodos prolongados de crescimento demográfico. A fisiologia reprodutiva seria muito afetada pela carência nutricional, mas, além disso, as mulheres deveriam praticar o infanticídio com freqüência, diante dos custos que existiriam para transportar imaturos, enquanto se deslocavam na área à procura de alimentos ou em busca de novos campos de habitação.

Em seguida, os autores mostram como o modo de produção agrário, que surgiu há 10.000 anos, influenciou o modo de reprodução dos grupos humanos, com o sedentarismo, com a origem da desigualdade social, através da apropriação diferenciada dos meios de produção, com a alteração do sistema de custos e benefícios de criar filhos e com a redução do papel da mulher na produção.

Quando surgiu o Estado, teria havido pressão reprodutiva devido à intensificação da produção agrícola, estratificação social crescente, militarismo e expansão terri-

---

\* Professora do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Federal da Paraíba.

torial. Com isso, os estados primitivos teriam políticas de população fortemente natalistas, para manter a dinâmica expansionista de seus sistemas econômicos. Para satisfazer os interesses da classe dominante, as instituições do estado, seculares e/ou religiosas, induziram os camponeses a serem "prolíficos e múltiplos", embora os camponeses tivessem outros interesses reprodutivos. Assim, nessa época, além do infanticídio, as pessoas usavam métodos de contracepção e o aborto, desafiando as políticas natalistas que se tentava lhes impor.

Os autores analisam também como o capitalismo mercantil, a expansão colonial e a crise econômica na Europa do século XVI repercutiu no comportamento reprodutivo. Foi um período de alta frequência de abandono de crianças e de infanticídio direto e indireto, especialmente de meninas. Eles destacam o papel do controle da mortalidade infantil não porque acreditem que seja a forma mais importante de regulação de população nos estados pré-industriais, mas porque este reconhecimento abre uma nova perspectiva sobre alguns elementos confusos da teoria de transição demográfica. Para eles, a Revolução Industrial foi acompanhada por um crescimento demográfico expressivo com a redução da mortalidade infantil, não porque tivesse havido naquela época avanços na medicina e higiene pública nem que a classe trabalhadora tivesse acesso a mais alimentos. Harris e Ross acreditam que o declínio inicial da mortalidade teria ocorrido pela moderação dos controles de mortalidade infantil (uma "nurturance" mais positiva) como resposta dada pelas famílias a um novo balanço de custos e benefícios de criar filhos, gerados pelo trabalho assalariado nas indústrias para as crianças.

O modo de produção capitalista industrial criou uma contradição entre o papel reprodutivo e produtivo da mulher ao distanciar o seu local de trabalho da sua residência. Assim, num segundo momento, surgiu o movimento para controlar conscientemente a fertilidade, através dos métodos anticoncepcionais cuja produção e comercialização haviam se tornado um grande negócio. E, quando o governo inglês, em 1870, proibiu o trabalho infantil e instituiu a escolaridade obrigatória, houve uma alteração radical no balanço de custos e benefícios de criar filhos, motivando os casais para redução de sua prole.

Os autores ainda analisam o papel dos países centrais para interferir no comportamento reprodutivo dos países periféricos, otimizando os seus interesses materiais e políticos diante dos pressupostos dos custos e benefícios da reprodução e partir do modo de produção vigente nas áreas dependentes de tecnologia e de capitais.

Finalizando, esse livro sistematiza dados etnográficos que contestam referências sobre fertilidade e mortalidade "naturais" entre sociedades primitivas, que vinham assegurando uma sub-estimação do grau de intervenção humana na capacidade reprodutiva na pré-história e em períodos mais recentes. Isto é feito com uma considerável coerência ao analisar a correlação existente, nos diversos grupos humanos entre produção e reprodução, proporcionando um modelo analítico para outros pesquisadores que estejam interessados em elucidar as interferências de um determinado sistema sócio-econômico na regulação da natalidade e na política populacional.

HARRIS, Marvin & Eric B. ROSS. 1987 *Death, Sex, and Fertility: Population Regulation in Preindustrial and Developing Societies*. New York, Columbia University Press, 227 p.

# RAÍZES Nº 6

JANEIRO 86 / MARÇO 88

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

## SUMÁRIO

### ARTIGOS

- Bruno Lautier:** Trabalho assalariado, socialização do trabalhador e estatuto da força de trabalho . . . . . 5
- Reinaldo Antonio Carcanholo:** Crítica à idéia do valor fugaz: a propósito do valor da força de trabalho . . . . . 19
- Manoel Luiz Malaguti:** Marxistas e neoclássicos: uma confrontação metodológica . . . . . 33
- Élbio Troccoli Pakman:** As conceitualizações do subdesenvolvimento e seus desdobramentos . . . . . 49
- Raimundo Santos:** O pequeno investimento como política de desenvolvimento regional: notas sobre as experiências do governo de Allende . . . . . 61
- Norma Montalvo de Soler:** A agricultura alimentar e o impacto do crédito rural sobre os diferentes tipos de produtos . . . . . 75

### RESENHAS BIBLIOGRÁFICAS

- Nelson Werneck Sodré:** Modos de Produção no Brasil (Érico Alberto de A. Miranda) . . . . . 107
- Noberto Bobbio:** O Conceito de Sociedade Civil (Raimundo Santos). 111



Pede-se permuta.  
Pidese canje.

On demande échange.  
We ask for exchange

Man bittet um Austausch.  
Si richiede lo scambio